



UCSal - Universidade Católica do Salvador

Programa de Pós-Graduação (PPG) – Stricto Sensu

Mestrado e Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania (PSC)

ADALGIZA DIANA BARBOSA BÁFICA

MULHERES EM MOVIMENTO

Múltiplas identidades na articulação entre inserção profissional, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado: da expectativa social à realidade possível na contemporaneidade

Salvador - BA

2026

ADALGIZA DIANA BARBOSA BÁFICA

MULHERES EM MOVIMENTO

Múltiplas identidades na articulação entre inserção profissional, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado: da expectativa social à realidade possível na contemporaneidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC) da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Linha de Pesquisa: Direitos Sociais e novos direitos, Construção de sujeitos e cidadania. Orientadora: Prof.^a Dra. Maria de Fátima Pessoa Lepikson.

Salvador - BA

2026

ADALGIZA DIANA BARBOSA BÁFICA

MULHERES EM MOVIMENTO

Múltiplas identidades na articulação entre inserção profissional, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado: da expectativa social à realidade possível na contemporaneidade

Aprovada em 27 de março de 2026.

Banca Examinadora Nome completo – Orientador

Maria de Fátima Pessôa Lepikson

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2014)

Nome do Membro da Banca

Maria Gorete Borges Figueirêdo

Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL)

Nome do Membro da Banca

Maura Leite Espinheira Avena

Doutora em Família na Sociedade Contemporânea - Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

B143 Báfica, Adalgiza Diana Barbosa

Mulheres em movimento: múltiplas identidades na articulação entre a inserção profissional, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado – da expectativa social à realidade possível / Adalgiza Diana Barbosa Báfica. – Salvador, 2026.
72f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Pessoa Lepikson.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Linha de Pesquisa: Direitos Sociais e Novos Direitos, Construção de Sujeitos e Cidadania.

1. Gênero 2. Identidades Femininas; 3. Cuidado 4. Divisão Sexual do Trabalho
5. Formação Profissional I. Lepikson, Maria de Fátima Pessoa – Orientadora
II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
III. Título.

CDU 396:316.3

Dedico esse trabalho às mulheres que vieram antes de mim, que abriram caminhos para que hoje eu pudesse ocupar este lugar. E às que virão depois, para que encontrem trajetórias menos solitárias, mais justas e possíveis.

Por fim, dedico este trabalho àquela versão minha que, em algum momento, duvidou que conseguiria chegar até aqui e, ainda assim, não parou.

AGRADECIMENTOS

Escrever estes agradecimentos é reconhecer que este trabalho não nasce apenas de leituras, teorias ou horas de escrita, mas de uma travessia marcada por desafios, renúncias, recomeços e, sobretudo, resistência.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter sido meu sustento nos dias em que pensei não conseguir continuar. Pela força silenciosa que me manteve de pé, pela coragem que não veio de mim, mas que me encontrou quando mais precisei.

São Jorge, símbolo de proteção, coragem e luta, por ter me fortalecido nos momentos de batalha. Que sua imagem guerreira tenha sido, tantas vezes, aquilo que me lembrou que é preciso continuar, mesmo diante dos obstáculos.

À minha orientadora, Maria de Fátima Lepikson, minha profunda gratidão. Sua presença foi mais do que acadêmica, foi firme, sensível e essencial. Obrigada pela escuta, pela condução cuidadosa, pelas provocações necessárias e pela confiança em mim, mesmo nos momentos em que eu duvidei. Este trabalho também carrega muito da sua generosidade intelectual.

À minha mãe, Maria, base da minha história, força que me sustenta e exemplo que me guia. Se hoje chego até aqui, é porque um dia você não desistiu. Sua existência é, para mim, o primeiro significado de cuidado, de luta e de amor.

Aos meus filhos, Amanda e João Arthur, razão de tudo. Vocês são o meu maior amor e também o meu maior desafio não pela dificuldade, mas pela responsabilidade de ser, todos os dias, alguém que vocês possam admirar. Cada ausência, cada noite em claro, cada momento dividido entre ser mãe, estudante e profissional foi, acima de tudo, por vocês. Que este trabalho seja também um legado: o de que é possível continuar, mesmo quando tudo parece exigir que a gente pare.

Às mulheres que atravessam a minha vida visíveis ou invisibilizadas, que trabalham, estudam, cuidam e seguem, mesmo cansadas. Vocês são a essência desta pesquisa. Este trabalho é também uma forma de dizer: eu vejo vocês.

Àqueles que, de alguma forma, caminharam comigo, contribuindo com palavras, silêncios, apoio ou presença. Nenhum gesto foi pequeno.

E, por fim, a mim. Por não ter desistido quando seria mais fácil parar. Por ter seguido mesmo cansada, mesmo sobrecarregada, mesmo duvidando. Concluir esta dissertação não é apenas uma conquista acadêmica é um ato de coragem, de resistência e de afirmação da minha própria história.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado analisa as múltiplas identidades de mulheres que articulam inserção profissional, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado. Parte-se da compreensão de que a coexistência desses papéis não se configura como um fenômeno circunstancial, mas como expressão de uma organização social do trabalho historicamente constituída, que distribui de forma desigual as responsabilidades produtivas e reprodutivas, mantendo a centralidade do “cuidado” na vida das mulheres. O estudo fundamenta-se na perspectiva de que as transformações sociais que ampliaram o acesso feminino à educação e ao mercado de trabalho não foram acompanhadas por uma reconfiguração estrutural das múltiplas identidades e responsabilidades atribuídas às mulheres ao longo da história, resultando na sobreposição de demandas e na intensificação das jornadas dedicadas ao trabalho, ao “cuidado” e à formação profissional. Nesse contexto, problematiza-se a noção de conciliação como um dispositivo que desloca para a mulher a responsabilidade por administrar a sobreposição de responsabilidades que são socialmente produzidas e que lhes são historicamente impostas. Diante disso, a pesquisa orienta-se pela seguinte **questão norteadora**: de que modo a literatura acadêmica tem analisado as múltiplas identidades assumidas por mulheres que conciliam trabalho remunerado, trajetória formativa e atividades de “cuidado”? Considerando esta realidade, o objetivo geral desta dissertação consiste em analisar, por meio de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, como diferentes estudos e pesquisas têm interpretado a conciliação entre trabalho, estudo e “cuidado” na experiência feminina, evidenciando seus limites e possibilidades. Para o alcance do objetivo pretendido, foi realizada uma pesquisa do tipo bibliográfica. A análise foi orientada por abordagem qualitativa, articulando referenciais da análise de conteúdo e interpretação crítica das produções selecionadas. Conclui-se que a sobreposição (e conciliação) de responsabilidades permite compreender a complexidade das trajetórias das mulheres na contemporaneidade, evidenciando que as desigualdades de gênero não foram superadas, mas reconfiguradas. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de deslocar o debate da esfera individual para o campo das relações sociais, reconhecendo o cuidado como responsabilidade coletiva e apontando para a construção de políticas públicas que contribuam para a permanência das mulheres nos espaços educacionais e no mercado de trabalho. Por fim, ressalta-se que esta

pesquisa não se esgota aqui, sinalizando vastas possibilidades de continuidade, sobretudo por meio de estudos empíricos futuros que aprofundem tais realidades.

Palavras-chave: gênero; identidades femininas; cuidado; divisão sexual do trabalho; formação profissional.

ABSTRACT

This master's thesis analyzes the multiple identities of women who simultaneously engage in professional work, academic education, and care responsibilities. It is based on the understanding that the coexistence of these roles is not a circumstantial phenomenon, but rather an expression of a historically constructed social organization of labor that unequally distributes productive and reproductive responsibilities, maintaining the centrality of care in women's lives. The study is grounded in the perspective that social transformations, which have expanded women's access to education and the labor market, have not been accompanied by a structural reconfiguration of the multiple identities and responsibilities historically attributed to women, resulting in overlapping demands and intensified workloads related to employment, care, and professional training. In this context, the notion of conciliation is problematized as a device that shifts onto women the responsibility for managing socially produced inequalities and the overlap of imposed responsibilities. Considering this reality, the main objective of this dissertation is to analyze, through a qualitative bibliographic review, how different studies and research have interpreted the conciliation between work, education, and care in women's experiences, highlighting its limits and possibilities. The analysis was guided by a qualitative approach, combining principles of content analysis and critical interpretation of the selected literature. The findings indicate that the overlap of responsibilities reveals the complexity of women's trajectories in contemporary society, demonstrating that gender inequalities have not been overcome, but rather reconfigured. In this sense, the study emphasizes the need to shift the debate from the individual sphere to the field of social relations, recognizing care as a collective responsibility and pointing to

the importance of public policies that support women's permanence in educational spaces and the labor market.

Keywords: gender; female identities; care; sexual division of labor; professional education.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	12
2.IDENTIDADES FEMININAS E PAPÉIS SOCIAIS	20

2.1 Construção social do gênero e produção das identidades femininas	21
2.2 Organização social do trabalho e responsabilização feminina pelo cuidado .	24
2.3 Conciliação entre inserção profissional, formação acadêmica e vida doméstica	27
2.4 O cuidado como categoria central na reprodução social	29
2.5 A sobreposição de jornadas e a experiência do tempo feminino	33
2.6 Invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo	35
2.7 Educação como possibilidade e limite nas trajetórias femininas	38
3. POLÍTICAS PÚBLICAS, REDES DE APOIO E PERMANÊNCIA: ENTRE A INSUFICIÊNCIA ESTATAL, A GESTÃO PRIVADA DO CUIDADO E A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES.....	41
3.1 Políticas públicas e a (in)suficiência do suporte institucional.....	45
3.2 Redes de apoio: entre solidariedade e sobrecarga compartilhada	50
3.3 Continuidade formativa e os desafios da permanência	53
3.5 Dados empíricos sobre trabalho, educação e cuidado no Brasil: desigualdades estruturais e permanência feminina	58
3.6 Entre Estruturas e Agências: limites e possibilidades das trajetórias femininas	61
4. ENTRE EXPECTATIVAS E REALIDADES: OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DAS TRAJETÓRIAS FEMININAS CONTEMPORÂNEAS.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	73

1.INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as transformações sociais, econômicas e culturais têm ampliado, de maneira significativa, a presença das mulheres nos espaços públicos, especialmente no que se refere ao acesso à educação e à inserção no mercado de trabalho. No entanto, compreender esse processo exige ir além de uma leitura celebratória do avanço, reconhecendo que tais mudanças não ocorreram de forma linear nem implicaram a superação das desigualdades de gênero, mas, sobretudo, sua reconfiguração em novas bases.

A escolha do tema não se dá de forma neutra. Enquanto assistente social e pesquisadora inserida no campo das políticas sociais, este estudo é atravessado por inquietações que emergem tanto da formação acadêmica quanto da experiência profissional, marcada pelo contato direto com as expressões concretas das desigualdades que incidem sobre a vida das mulheres. Longe de comprometer o rigor analítico, esse posicionamento contribui para a construção de uma leitura mais sensível às contradições que constituem o objeto investigado.

Parte-se, neste estudo, da compreensão de que a ampliação do acesso feminino à educação e ao trabalho não pode ser analisada de forma dissociada das estruturas históricas que organizaram e ainda organizam a distribuição desigual das responsabilidades sociais. Ao mesmo tempo em que se ampliam as possibilidades de inserção das mulheres em diferentes esferas, mantém-se, de forma persistente, a expectativa de que elas continuem sendo as principais responsáveis pelo cuidado e pela sustentação da vida cotidiana.

Essa coexistência entre ampliação de direitos e permanência de desigualdades evidencia uma tensão central que atravessa as trajetórias femininas contemporâneas: não se trata da substituição de papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, mas da sua sobreposição. Nesse sentido, o que se observa não é a redistribuição das responsabilidades, mas a intensificação das jornadas e a complexificação das

experiências vividas, marcadas por acúmulo de funções, sobrecarga e, frequentemente, por uma sensação contínua “incompletude”.

Defende-se, neste trabalho, que a capacidade socialmente atribuída às mulheres de “conciliar” múltiplas demandas não pode ser interpretada como expressão de competência individual ou de uma suposta habilidade natural, mas deve ser compreendida como resultado de um arranjo estrutural que desloca para o sujeito a responsabilidade por administrar desigualdades que são, em sua origem, socialmente produzidas. Ao enfatizar o desempenho individual, discursos amplamente difundidos inclusive no campo acadêmico tendem a obscurecer as condições materiais e simbólicas que tornam essa conciliação tão exigente.

No contexto brasileiro, essa dinâmica assume contornos ainda mais complexos, sendo atravessada por marcadores sociais como classe, raça e território, que produzem experiências profundamente desiguais entre as próprias mulheres. Assim, embora o acesso à educação e ao mercado de trabalho tenha se ampliado, as condições de permanência e êxito nessas esferas continuam sendo desigualmente distribuídas, revelando que a igualdade formal não se traduz, necessariamente, em igualdade substantiva.

É a partir da tensão entre avanços e permanências que se insere o objeto desta pesquisa: as múltiplas identidades de mulheres que conciliam inserção profissional, formação acadêmica e responsabilidade do cuidado, considerando os atravessamentos de gênero, organização social do trabalho e centralidade da reprodução social na constituição dessas experiências. Parte-se da compreensão de que a coexistência desses papéis não constitui fenômeno circunstancial, mas expressão de arranjos históricos que distribuíram de forma desigual as responsabilidades produtivas e reprodutivas.

Nesse sentido, esta dissertação não se limita a descrever a produção acadêmica sobre o tema, mas busca problematizar os modos pelos quais essa produção tem interpretado tais experiências, evidenciando tanto suas contribuições quanto seus limites. **Questiona-se**, portanto, “de que modo a literatura acadêmica tem analisado as múltiplas identidades assumidas por mulheres que conciliam trabalho remunerado, trajetória formativa e atividades de “cuidado”? A partir dessa indagação, busca-se não

apenas mapear a literatura existente, mas tensionar as formas pelas quais essas experiências são interpretadas, evidenciando os limites e possibilidades das abordagens predominantes.

O **objetivo geral** consiste em analisar, por meio de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, como a literatura acadêmica interpreta a articulação entre trabalho, estudo e cuidado na experiência feminina, evidenciando os impactos desta conciliação.

Como objetivos específicos, pretende-se:

1. Compreender as contribuições teóricas acerca da construção social das identidades femininas;
2. Examinar os estudos que abordam a divisão sexual do trabalho e o trabalho reprodutivo como elementos estruturantes das desigualdades de gênero;
3. Avaliar como a literatura discute responsabilidades do cuidado, inerente à vida doméstica.

Inserida no campo das Políticas Sociais e Cidadania, a pesquisa contribui para o aprofundamento do debate sobre gênero, cuidado e justiça social ao sistematizar criticamente a produção acadêmica existente, evidenciando que a permanência e o êxito educacional feminino dependem não apenas do mérito individual, mas de condições estruturais que reconheçam a interdependência entre trabalho, educação e reprodução social.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica em perspectiva de estado da arte, que busca não apenas reunir produções existentes, mas analisá-las criticamente, identificando tendências, lacunas e disputas teóricas. Tal abordagem permite compreender o campo não como um espaço homogêneo, mas como um terreno de construção e disputa de sentidos.

Por fim, esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução (capítulo 1.) ; O segundo capítulo, intitulado “Mulheres em Movimento”, discute as relações de gênero e identidades femininas; o terceiro capítulo, analisa políticas públicas e redes de apoio; e o quarto tensiona as relações entre expectativas sociais

e realidades vividas, evidenciando os limites e possibilidades das trajetórias femininas contemporâneas.

As considerações finais apontam para a necessidade de deslocar a análise das trajetórias femininas da esfera individual para o campo das determinações estruturais, evidenciando que a conciliação entre trabalho, estudo e cuidado não se configura como escolha, mas como expressão de desigualdades historicamente construídas. Reforça-se, assim, a centralidade do cuidado como questão pública e a urgência de políticas que promovam sua redistribuição social, de modo a ampliar as condições de permanência das mulheres nos espaços educacionais e no mundo do trabalho.

CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A presente dissertação insere-se no campo das abordagens qualitativas, na medida em que se orienta pela compreensão de fenômenos sociais complexos, cuja apreensão não se esgota em mensurações quantitativas ou em relações causais lineares. Trata-se de uma escolha que não é apenas metodológica, mas epistemológica, uma vez que parte do entendimento de que as experiências sociais são construídas histórica e relacionalmente, exigindo um olhar interpretativo capaz de captar suas múltiplas determinações.

Nesse sentido, compreender as articulações entre inserção profissional, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado implica reconhecer que tais dimensões não se apresentam de forma isolada, mas se constituem no interior de relações sociais atravessadas por desigualdades de gênero, classe e outras marcações sociais. Assim, mais do que identificar padrões, esta pesquisa busca interpretar sentidos, tensões e contradições que estruturam essas experiências.

Parte-se, portanto, da compreensão de que a realidade social não é dada, mas produzida, sendo a análise qualitativa um caminho que possibilita apreender os significados atribuídos às práticas sociais, bem como as estruturas que as sustentam. Nessa perspectiva, a abordagem adotada permite articular teoria e realidade, ainda que mediada pelo corpus bibliográfico, evidenciando que a produção acadêmica também constitui um espaço de construção social de sentidos.

1.1 Tipo de pesquisa: revisão bibliográfica

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica desenvolvida na perspectiva do levantamento do estado da arte, entendida não apenas como levantamento de produções existentes, mas como um movimento analítico voltado à compreensão crítica das formas pelas quais determinado objeto tem sido construído no campo acadêmico.

Diferentemente de abordagens meramente descritivas, o levantamento do estado da arte permite identificar não apenas o que tem sido produzido, mas como esse conhecimento se organiza, quais perspectivas teóricas são privilegiadas, quais lacunas permanecem e quais disputas atravessam o campo. Nesse sentido, esta pesquisa parte do entendimento de que a produção acadêmica não é neutra, constituindo-se como espaço de construção de interpretações que influenciam a forma como a realidade social é compreendida.

Ao adotar essa perspectiva, busca-se analisar criticamente a literatura que aborda a articulação entre trabalho, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado, evidenciando tanto suas contribuições quanto seus limites. Trata-se, portanto, de um esforço que ultrapassa a sistematização de conteúdos, orientando-se pela problematização das formas de produção do conhecimento.

1.2 Procedimentos de coleta de dados

A construção do corpus analítico foi realizada a partir do levantamento de produções acadêmicas relevantes para o tema, incluindo livros, artigos científicos, dissertações e teses. A seleção das fontes foi orientada por critérios que buscaram garantir a pertinência e a qualidade do material analisado.

Foram consideradas produções que abordam, de forma direta ou indireta, as seguintes categorias: gênero, divisão sexual do trabalho, cuidado, trabalho reprodutivo, educação e trajetórias femininas. A escolha desses eixos temáticos decorre do entendimento de que a articulação entre trabalho, formação acadêmica e cuidado não pode ser compreendida de forma isolada, exigindo uma abordagem que considere suas múltiplas dimensões.

No que se refere às bases de dados, foram consultadas plataformas amplamente reconhecidas no meio acadêmico, como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar e o Portal de Periódicos da CAPES, além de acervos bibliográficos físicos e digitais. A utilização dessas fontes permitiu acessar produções nacionais e internacionais, ampliando o escopo da análise.

Como critérios de inclusão, foram priorizadas obras publicadas a partir dos anos 2000, considerando a relevância das transformações sociais contemporâneas para o objeto de estudo, sem desconsiderar autores clássicos cuja contribuição permanece fundamental para a compreensão das categorias analisadas. Foram incluídas produções em língua portuguesa e estrangeira, desde que disponíveis para acesso integral.

Por outro lado, foram excluídos materiais que, embora relacionados ao tema, não apresentavam consistência teórica ou não dialogavam diretamente com os objetivos da pesquisa. Esse processo de seleção não se deu de forma mecânica, mas a partir de um exercício analítico que considerou a relevância e a contribuição de cada obra para a construção do argumento.

1.3 Procedimentos de análise dos dados

A análise do material selecionado foi orientada por uma perspectiva qualitativa, articulando princípios da análise de conteúdo, conforme sistematizados por Laurence Bardin(1977), com uma abordagem interpretativa voltada à problematização das produções acadêmicas.

O processo analítico desenvolveu-se em três momentos interdependentes. Inicialmente, realizou-se uma leitura flutuante do material, buscando apreender os elementos gerais das produções e identificar recorrências temáticas. Em seguida, procedeu-se a organização do corpus em categorias analíticas, construídas tanto a partir dos objetivos da pesquisa quanto dos elementos emergentes da literatura.

Entre as principais categorias, destacam-se: construção social das identidades femininas, divisão sexual do trabalho, centralidade do cuidado e condições de permanência na educação e no trabalho. Essas categorias orientaram a leitura

aprofundada das produções, permitindo estabelecer relações, identificar convergências e evidenciar tensões teóricas.

Por fim, desenvolveu-se uma análise interpretativa, voltada não apenas à descrição dos conteúdos, mas à problematização das perspectivas adotadas pelos autores, evidenciando limites, lacunas e possibilidades presentes na literatura. Nesse processo, buscou-se compreender o campo teórico como um espaço de disputas, no qual diferentes interpretações sobre a realidade social coexistem e se tensionam

1.4 Limitações da pesquisa

Como toda investigação, esta pesquisa apresenta limites que precisam ser explicitados. Por se tratar de uma revisão bibliográfica, a análise está circunscrita à produção acadêmica disponível, não contemplando diretamente experiências empíricas. Tal delimitação, no entanto, não constitui uma fragilidade em si, mas uma escolha metodológica coerente com os objetivos do estudo, que se orienta pela análise das formas de produção do conhecimento.

Ainda assim, reconhece-se que a literatura analisada reflete desigualdades próprias do campo científico, no qual determinadas vozes e perspectivas tendem a ser mais visibilizadas do que outras. Nesse sentido, a própria produção acadêmica constitui objeto de problematização, na medida em que carrega marcas das relações de poder que estruturam a sociedade.

1.5 Considerações metodológicas finais

A construção deste percurso metodológico reflete a compreensão de que a produção do conhecimento não é um processo neutro, mas situado, atravessado por escolhas teóricas, políticas e éticas. Ao optar por uma abordagem qualitativa e por uma revisão bibliográfica em perspectiva de levantamento do estado da arte, esta pesquisa assume o compromisso de não apenas descrever a realidade, mas problematizá-la.

Nesse sentido, a metodologia adotada busca dar conta da complexidade do objeto investigado, articulando rigor analítico e sensibilidade teórica. Mais do que um conjunto de procedimentos, trata-se de um caminho construído ao longo da pesquisa,

no qual o diálogo com a literatura permitiu não apenas compreender o fenômeno, mas também tensionar as formas pelas quais ele tem sido interpretado.

2.IDENTIDADES FEMININAS E PAPÉIS SOCIAIS

A análise das experiências de mulheres que articulam inserção profissional, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado exige, antes de tudo, um esforço de compreensão das estruturas sociais que organizam as relações de gênero e sustentam a distribuição desigual de responsabilidades na sociedade. Nesse sentido, o conceito de gênero se apresenta como uma ferramenta analítica fundamental, na medida em que permite deslocar a interpretação das diferenças entre homens e mulheres do campo da natureza para o campo das construções históricas e sociais.

Esse deslocamento não é trivial. Ao longo de muito tempo, as desigualdades entre homens e mulheres foram justificadas a partir de argumentos naturalizantes, que atribuíam às mulheres uma suposta predisposição para o cuidado, a domesticidade e a vida privada. Questionar essa lógica implica reconhecer que tais atribuições não são dadas, mas produzidas e reproduzidas em contextos sociais específicos, sustentadas por normas, valores e práticas que se perpetuam ao longo do tempo.

A partir dessa perspectiva, as trajetórias femininas contemporâneas precisam ser compreendidas como resultado de processos sociais complexos, atravessados por relações de poder que definem, de maneira desigual, expectativas, oportunidades e limites. Assim, a articulação entre trabalho, estudo e cuidado não pode ser reduzida a uma escolha individual, mas deve ser entendida como expressão de uma organização social que distribui de forma assimétrica as responsabilidades produtivas e reprodutivas.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que essas estruturas não operam de maneira homogênea. As experiências das mulheres são atravessadas por diferentes marcadores sociais, como classe, raça, território e geração, que produzem condições distintas de inserção, permanência e mobilidade. Embora esta pesquisa tenha como foco a análise bibliográfica, a literatura evidencia que tais atravessamentos são fundamentais para compreender a diversidade das trajetórias femininas, evitando generalizações que obscurecem desigualdades internas ao próprio grupo.

Nesse contexto, pensar as identidades femininas implica reconhecê-las como processos em constante construção, marcados por tensões, negociações e adaptações. As mulheres não apenas ocupam papéis sociais, mas os reinterpretem, os ajustam e, em alguma medida, os transformam, ainda que dentro de limites estruturais que não podem ser ignorados.

Para apreender a complexidade dessas vivências e evitar generalizações que obscureçam as desigualdades internas ao grupo das mulheres, faz-se estritamente necessário o uso da interseccionalidade. A interseccionalidade constitui-se como uma ferramenta analítica que examina como diferentes formas de opressão e privilégio como gênero, raça, classe social e orientação sexual se cruzam e interagem de forma inseparável, criando desigualdades específicas. Criado por Kimberlé Crenshaw em 1989, no contexto do feminismo negro, o conceito demonstra que a experiência de exclusão é moldada por múltiplos fatores simultâneos, não de forma isolada. Desse modo, a categoria 'mulher' não engloba todas as experiências da mesma forma. A vivência e a sobrecarga de uma mulher negra periférica, por exemplo, diferem substancialmente das de uma mulher branca de classe média. Adotar essa perspectiva permite que o presente estudo combata abordagens homogeneizantes, reconhecendo que a subordinação exige políticas públicas e olhares específicos para a promoção de uma igualdade real.

2.1 Construção social do gênero e produção das identidades femininas

A análise das identidades femininas exige, como ponto de partida, o deslocamento de interpretações essencialistas que historicamente atribuíram às mulheres características consideradas naturais, como a predisposição ao cuidado, à docilidade e à vida doméstica. Longe de constituírem expressões de uma suposta natureza feminina, tais atributos devem ser compreendidos como produtos de processos sociais, historicamente construídos e continuamente reiterados.

Parte-se, neste estudo, da compreensão de que o gênero não se limita a uma distinção entre homens e mulheres, mas opera como uma categoria analítica fundamental para compreender a organização das relações sociais e a produção de hierarquias. Nesse sentido, o gênero não apenas descreve diferenças, mas as produz

e as legitima, funcionando como um mecanismo central na distribuição desigual de poder, recursos e responsabilidades.

A formulação proposta por Joan Scott DATA contribui decisivamente para esse deslocamento ao definir o gênero como elemento constitutivo das relações sociais e, simultaneamente, como forma primária de significar relações de poder. Tal perspectiva permite compreender que as diferenças atribuídas a homens e mulheres não são neutras, mas estruturadas por relações históricas que organizam expectativas, comportamentos e possibilidades de ação.

No entanto, limitar a análise à dimensão estrutural do gênero pode obscurecer a forma como essas normas são continuamente reproduzidas no cotidiano. É nesse ponto que a contribuição de Judith Butler (2003) se torna particularmente relevante, ao enfatizar o caráter performativo do gênero. Para a autora, o gênero não é uma essência, mas um efeito reiterado de práticas e discursos socialmente regulados. Essa concepção desloca a análise para o campo das práticas, evidenciando que as identidades são produzidas na repetição de normas, ainda que nunca de forma totalmente estável.

Defende-se, neste trabalho, que a articulação entre essas perspectivas permite compreender o gênero simultaneamente como estrutura e como prática, evitando tanto leituras deterministas quanto interpretações excessivamente individualizantes. Essa mediação é fundamental para analisar as trajetórias femininas contemporâneas, marcadas por tensões entre permanência e transformação.

Nesse contexto, as identidades femininas não podem ser compreendidas como entidades fixas ou homogêneas, mas como processos em constante construção, atravessados por múltiplas determinações. As contribuições de Stuart Hall, (1997) reforçam essa compreensão ao situar a identidade como uma construção discursiva, produzida no interior de práticas sociais e culturais. Assim, as mulheres não apenas ocupam posições sociais, mas são continuamente interpeladas por discursos que definem, muitas vezes de forma contraditória, o que se espera delas.

Essa multiplicidade de interpelações torna-se particularmente evidente na contemporaneidade, em que as mulheres são simultaneamente incentivadas a alcançar autonomia profissional e responsabilizadas pela manutenção do cuidado. Essa sobreposição de expectativas não representa uma ruptura com modelos

anteriores, mas sua reconfiguração, na medida em que amplia possibilidades sem redistribuir responsabilidades.

A permanência da divisão sexual do trabalho, nesse cenário, evidencia os limites dessas transformações. Dados recentes indicam que as mulheres continuam dedicando significativamente mais tempo às atividades domésticas e de cuidado, o que demonstra que a ampliação de sua presença nos espaços públicos não foi acompanhada por uma redistribuição efetiva das responsabilidades privadas. Tal discrepância reforça a análise de que as desigualdades de gênero não foram superadas, mas reorganizadas em novos termos.

Essa dinâmica confirma a crítica de Heleieth Saffioti (2004), ao evidenciar que a divisão sexual do trabalho não apenas organiza a distribuição de tarefas, mas estabelece hierarquias que desvalorizam o trabalho associado ao feminino. Nesse sentido, a sobrecarga das mulheres não pode ser compreendida como resultado de escolhas individuais, mas como expressão de uma estrutura social que naturaliza a responsabilização feminina pelo cuidado.

Reconhecer a força dessas estruturas não implica negar a capacidade de agência das mulheres. Ao contrário, como argumenta Claude Dubar (1991), as identidades são construídas na articulação entre trajetórias individuais e condições sociais. Isso significa que, ainda que inseridas em contextos desiguais, as mulheres desenvolvem estratégias para lidar com as imposições sociais, reinterpretando papéis e, em alguns casos, tensionando normas estabelecidas.

Ainda assim, é fundamental evitar leituras que supervalorizem a capacidade individual de transformação, desconsiderando os limites estruturais que condicionam essas experiências. A valorização excessiva da autonomia pode obscurecer as desigualdades que continuam a restringir as possibilidades de ação, deslocando para o indivíduo a responsabilidade por superar condições que são, em sua essência, coletivas e estruturais.

Dessa forma, compreender as identidades femininas exige reconhecer sua constituição como um processo dinâmico, situado na intersecção entre estrutura e agência, permanência e transformação. Ao evidenciar essas dimensões, torna-se possível analisar as trajetórias das mulheres para além de explicações

simplificadoras, situando-as no interior das relações sociais que as produzem e limitam.

2.2 Organização social do trabalho e responsabilização feminina pelo cuidado

A análise da organização social do trabalho constitui um eixo central para a compreensão das desigualdades de gênero, na medida em que revela não apenas a distribuição de atividades entre homens e mulheres, mas, sobretudo, as hierarquias que estruturam essa distribuição. Longe de se configurar como uma divisão funcional ou neutra, a forma como o trabalho é socialmente organizado e expressa relações históricas de poder, nas quais o gênero opera como princípio ordenador fundamental.

Parte-se, neste estudo, da compreensão de que a chamada divisão sexual do trabalho não pode ser reduzida a uma simples distinção entre tarefas, mas deve ser entendida como um mecanismo estruturante de desigualdades, que articula separação e hierarquização. Tal como formulado por Danièle Kergoat (2000), essas duas dimensões não operam de forma independente: ao mesmo tempo em que determinadas atividades são socialmente atribuídas às mulheres, essas mesmas atividades são sistematicamente desvalorizadas, tanto no plano econômico quanto simbólico.

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho não apenas organiza quem faz o quê, mas define o valor social das atividades realizadas. O trabalho produtivo, associado ao mercado, à remuneração e à visibilidade pública, é historicamente masculinizado e valorizado, enquanto o trabalho reprodutivo vinculado ao cuidado, à manutenção da vida e à esfera doméstica permanece feminizado e invisibilizado. Essa hierarquização não é acidental, mas funcional a uma lógica social que depende da desvalorização do cuidado para se sustentar.

Defende-se, portanto, que a responsabilização feminina pelo cuidado não decorre de uma escolha individual ou de uma predisposição natural, mas constitui o resultado de um processo histórico que articula gênero, economia e organização social. Ao atribuir às mulheres a centralidade do trabalho reprodutivo, a sociedade não apenas distribui tarefas, mas produz condições desiguais de inserção e permanência nos diferentes espaços sociais.

Essa dinâmica torna-se ainda mais evidente quando se observa que a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada por uma redistribuição proporcional das responsabilidades domésticas e de cuidado. Ao contrário, o que se verifica é a sobreposição de jornadas, na qual o ingresso na esfera produtiva não substitui, mas se soma às demandas já existentes. Nesse cenário, a chamada “conciliação” entre trabalho e vida doméstica revela-se menos como uma possibilidade real de equilíbrio e mais como um imperativo social imposto às mulheres.

A ideia de conciliação, amplamente difundida tanto no discurso acadêmico quanto nas políticas públicas, tende a obscurecer a natureza estrutural do problema, ao sugerir que seria possível harmonizar demandas que, na prática, são produzidas de forma desigual. Ao deslocar o foco para a capacidade individual de gestão do tempo e das responsabilidades, esse discurso contribui para a naturalização da sobrecarga feminina, responsabilizando o Estado, o mercado e a própria sociedade pela redistribuição do cuidado.

Nesse sentido, a crítica proposta por Helena Hirata (2010) evidencia que o trabalho de cuidado, embora essencial para a reprodução da vida, permanece marcado por uma dupla invisibilidade: não é reconhecido como trabalho quando realizado no âmbito doméstico e, quando inserido no mercado, é frequentemente precarizado e mal remunerado. Essa condição revela que o cuidado ocupa uma posição paradoxal, sendo simultaneamente indispensável e desvalorizado.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender que a organização social do trabalho está profundamente imbricada nas dinâmicas do sistema econômico. Conforme argumenta Nancy Fraser (2016), há uma contradição estrutural entre as exigências do capital e as necessidades da reprodução social. O sistema depende do trabalho de cuidado para se sustentar, mas não o reconhece nem o remunera adequadamente, transferindo seus custos para o âmbito privado e, de forma desproporcional, para as mulheres.

Essa transferência não ocorre de maneira homogênea. As condições em que o cuidado é realizado variam de acordo com marcadores sociais como classe, raça e acesso a recursos. Mulheres em posições socioeconômicas mais favorecidas podem,

em alguma medida, terceirizar parte dessas atividades, enquanto mulheres em situação de maior vulnerabilidade acumulam jornadas ainda mais intensas. Esse processo evidencia que a responsabilização feminina pelo cuidado não apenas reproduz desigualdades de gênero, mas também aprofunda desigualdades entre as próprias mulheres.

Além disso, a centralidade do cuidado na vida das mulheres impacta diretamente suas trajetórias educacionais e profissionais. A necessidade de conciliar múltiplas demandas limita o tempo disponível para a qualificação, a continuidade dos estudos e a inserção em espaços de maior reconhecimento. Nesse sentido, a desigualdade não se expressa apenas no acesso ao trabalho e à educação, mas nas condições concretas de permanência e desenvolvimento.

No cotidiano, essa dinâmica se traduz em um processo contínuo de negociação, no qual as mulheres são constantemente chamadas a reorganizar prioridades, ajustar rotinas e lidar com a insuficiência de tempo e recursos. A sobrecarga resultante não é apenas material, mas também subjetiva, produzindo sentimentos de exaustão, culpa e inadequação diante de expectativas sociais que permanecem elevadas e, muitas vezes, contraditórias.

Dessa forma, compreender a organização social do trabalho e a responsabilização feminina pelo cuidado implica reconhecer que as desigualdades de gênero não são resultado de falhas individuais, mas expressão de uma estrutura que distribui de maneira desigual as responsabilidades pela sustentação da vida. Ao situar o cuidado no centro dessa análise, torna-se possível evidenciar que sua desvalorização não é acidental, mas constitui de uma lógica social que depende dessa invisibilidade para se reproduzir.

Assim, mais do que descrever a divisão sexual do trabalho, esta análise busca problematizar seus efeitos e limites, evidenciando a necessidade de sua transformação. Isso implica reconhecer o cuidado como responsabilidade coletiva e questionar os fundamentos de uma organização social que continua a tratá-lo como obrigação feminina, ao mesmo tempo em que dele depende para garantir sua própria continuidade.

2.3 Conciliação entre inserção profissional, formação acadêmica e vida doméstica

A chamada conciliação entre trabalho, formação acadêmica e responsabilidades domésticas tem sido amplamente apresentada como um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres na contemporaneidade. No entanto, mais do que um desafio a ser administrado individualmente, defende-se, neste estudo, que a noção de conciliação opera como um dispositivo discursivo que, ao mesmo tempo em que reconhece a sobreposição de demandas, contribui para obscurecer sua origem estrutural.

Ao sugerir a possibilidade de equilíbrio entre esferas que são socialmente organizadas de forma desigual, o discurso da conciliação desloca o foco das condições materiais para a capacidade individual de gestão. Nesse movimento, a sobrecarga deixa de ser compreendida como expressão de uma desigualdade estrutural e passa a ser interpretada como questão de organização pessoal, planejamento ou desempenho. Tal deslocamento não apenas inviabiliza as relações de poder que sustentam essa dinâmica, como também reforçam a responsabilização das mulheres pelo enfrentamento de condições que não foram por elas produzidas.

Nesse sentido, a conciliação não pode ser compreendida como solução, mas como parte do próprio problema. Ao naturalizar a ideia de que cabe às mulheres articular múltiplas demandas, esse discurso legitima a manutenção de uma organização social que distribui de forma desigual as responsabilidades pelo trabalho produtivo e reprodutivo. Assim, o que se apresenta como estratégia de equilíbrio revela-se, na prática, como mecanismo de adaptação a uma estrutura que permanece inalterada.

A intensificação das exigências no campo do trabalho e da educação, associada à permanência das responsabilidades domésticas, produz um cenário no qual o tempo se configura como um recurso profundamente desigual. Enquanto os homens, em média, dispõem de maior disponibilidade temporal para investir em suas trajetórias profissionais e acadêmicas, as mulheres precisam fragmentar seu tempo entre múltiplas atividades, muitas vezes concorrentes entre si. Essa fragmentação não apenas limita possibilidades de desenvolvimento, mas impõe um ritmo de vida marcado pela urgência constante e pela ausência de pausas.

Nesse contexto, a experiência feminina é atravessada por uma lógica de permanente insuficiência. Independentemente do esforço empreendido, a sensação de não dar conta de todas as demandas torna-se recorrente, produzindo um estado contínuo de tensão. Tal dinâmica não se restringe ao plano objetivo da sobrecarga de tarefas, mas alcança a dimensão subjetiva, manifestando-se em sentimento de culpa, inadequação e auto cobrança.

A culpa, em particular, emerge como elemento central nesse processo. Ao internalizar expectativas sociais que atribuem às mulheres a responsabilidade pelo cuidado, qualquer deslocamento em direção a outras esferas como o trabalho ou a formação acadêmica pode ser acompanhado pela sensação de negligência. Por outro lado, a dedicação ao cuidado frequentemente é interpretada como obstáculo ao desenvolvimento profissional, reforçando a ideia de que há sempre uma dimensão sendo sacrificada. Dessa forma, a conciliação não elimina conflitos, mas os intensifica, deslocando-os para o interior das próprias mulheres.

Essa internalização das exigências sociais pode ser compreendida à luz do conceito de violência simbólica, na medida em que as normas que produzem a sobrecarga são incorporadas como naturais, reduzindo a possibilidade de questionamento. Assim, a exigência de dar conta de tudo não se apresenta como imposição externa, mas como compromisso pessoal, o que contribui para a reprodução da desigualdade sem necessidade de coerção explícita.

Paralelamente, o discurso meritocrático atua como um elemento de reforço dessa dinâmica. Ao valorizar trajetórias individuais de sucesso e enfatizar o esforço como principal fator de realização, a meritocracia tende a desconsiderar as condições desiguais de partida e de permanência. Nesse sentido, mulheres que conseguem acessar e se manter em espaços educacionais e profissionais são frequentemente apresentadas como exemplos de superação, enquanto aquelas que não conseguem são invisibilizadas ou responsabilizadas por seu próprio fracasso.

Tal perspectiva ignora que a possibilidade de investir em formação e carreira está diretamente condicionada pela disponibilidade de tempo, recursos e redes de apoio, elementos que são distribuídos de forma profundamente desigual. Assim, ao invés de

promover igualdade, o discurso meritocrático contribui para sua negação, ao transformar desigualdades estruturais em diferenças individuais de desempenho.

Além disso, a valorização de trajetórias marcadas pela capacidade de “dar conta de tudo” reforça padrões inalcançáveis, que tendem a ser reproduzidos como referência de sucesso. Nesse processo, o sofrimento associado à sobrecarga é frequentemente silenciado, uma vez que reconhecer limites pode ser interpretado como fracasso pessoal. Desse modo, a experiência de exaustão, embora amplamente compartilhada, permanece muitas vezes invisibilizada.

A articulação entre trabalho, estudo e vida doméstica, portanto, não pode ser compreendida como simples soma de atividades, mas como um processo complexo, atravessado por relações de poder que produzem desigualdades materiais e simbólicas. Ao evidenciar essas dimensões, torna-se possível questionar a naturalização da conciliação e deslocar o debate para a necessidade de transformação das estruturas que sustentam essa dinâmica.

Dessa forma, mais do que buscar estratégias individuais de adaptação, é fundamental problematizar as bases sociais que produzem a sobrecarga feminina, reconhecendo o cuidado como responsabilidade coletiva e reivindicando sua redistribuição entre Estado, mercado e sociedade. Sem essa inflexão, a conciliação continuará operando como um imperativo silencioso, que exige das mulheres não apenas esforço contínuo, mas também a internalização de uma responsabilidade que deveria ser socialmente compartilhada.

2.4 O cuidado como categoria central na reprodução social

A centralidade do cuidado na análise das experiências femininas contemporâneas não se apresenta de forma imediata, mas revela-se à medida que se aprofunda a compreensão das dinâmicas que sustentam a vida social. Durante muito tempo, o cuidado foi tratado como uma dimensão privada, associada ao âmbito doméstico e às relações familiares, sendo frequentemente naturalizado como uma atribuição feminina. No entanto, ao ser problematizado no campo das ciências sociais, o cuidado passa a ser reconhecido como um elemento estruturante da organização social, fundamental para a reprodução da vida e para o funcionamento das sociedades.

A compreensão do cuidado como categoria analítica implica um deslocamento importante: deixa-se de vê-lo como um conjunto de práticas individuais, motivadas por afeto ou obrigação moral, para entendê-lo como trabalho socialmente necessário. Esse deslocamento permite evidenciar que o cuidado envolve tempo, energia e habilidades, constituindo-se como uma atividade que sustenta não apenas a vida cotidiana, mas também a própria dinâmica do sistema econômico.

Nesse sentido, as contribuições de Helena Hirata (2010) são fundamentais ao destacar que o cuidado deve ser compreendido como trabalho, ainda que marcado por especificidades que o diferenciam das formas clássicas de trabalho produtivo. Trata-se de um trabalho que envolve dimensões materiais e emocionais, sendo frequentemente invisibilizado, especialmente quando realizado no espaço doméstico. Essa invisibilidade não significa ausência de valor, mas, ao contrário, revela uma forma de desvalorização social que está diretamente relacionada às desigualdades de gênero.

Ao mesmo tempo, a análise do cuidado exige considerar sua inserção nas dinâmicas mais amplas da reprodução social. A noção de reprodução social, desenvolvida por autoras como Nancy Fraser (2016), permite compreender que a sociedade depende de um conjunto de atividades que garantem a manutenção e a renovação da vida, incluindo o cuidado, a educação e a socialização dos indivíduos. No entanto, essas atividades são frequentemente tratadas como secundárias em relação à produção econômica, o que gera uma tensão estrutural entre as exigências do mercado e as necessidades da vida.

Essa tensão se expressa de maneira particularmente intensa na experiência das mulheres, que continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado, mesmo em contextos de crescente participação no mercado de trabalho e na educação. A sobrecarga resultante dessa dupla ou tripla responsabilização evidencia que o cuidado não foi redistribuído na mesma medida em que se ampliaram as oportunidades de inserção feminina em outras esferas.

A naturalização dessa responsabilidade está profundamente enraizada em construções sociais que associam o feminino ao cuidado, à disponibilidade e à dedicação ao outro. Essas associações, embora frequentemente apresentadas como

expressões de uma suposta “natureza feminina”, são, na realidade, produzidas e reforçadas por processos de socialização que orientam comportamentos, expectativas e escolhas ao longo da vida.

Nesse ponto, torna-se importante destacar que o cuidado não se limita a atividades visíveis, como alimentar, higienizar ou acompanhar, mas envolve também uma dimensão menos perceptível, porém igualmente exigente: a gestão das necessidades alheias. Organizar rotinas, antecipar demandas, mediar conflitos e garantir o bem-estar de outros são aspectos do cuidado que demandam atenção constante e que, muitas vezes, não são reconhecidos como trabalho. Essa dimensão, por vezes denominada “carga mental”, amplia a compreensão sobre a complexidade do cuidado e seus impactos na vida das mulheres.

A reflexão proposta por Silvia Federici (2012) contribui para aprofundar essa discussão ao evidenciar que o trabalho reprodutivo do qual o cuidado é parte central é fundamental para a sustentação do sistema econômico, ainda que não seja remunerado ou reconhecido como tal. Para a autora, a desvalorização do cuidado está diretamente relacionada à forma como o capitalismo se estrutura, ao se beneficiar de um trabalho essencial que é realizado de maneira gratuita ou precarizada.

Essa perspectiva permite compreender que a invisibilização do cuidado não é acidental, mas funcional a uma determinada lógica social e econômica. Ao não reconhecer esse trabalho, o sistema transfere seus custos para o âmbito privado, onde são absorvidos majoritariamente pelas mulheres. Dessa forma, o cuidado torna-se um ponto de articulação entre desigualdades de gênero e dinâmicas econômicas mais amplas.

No cotidiano das mulheres que articulam trabalho, formação acadêmica e responsabilidades familiares, essa realidade se manifesta de forma concreta. O cuidado atravessa todas as dimensões da vida, influenciando a organização do tempo, as possibilidades de investimento pessoal e profissional e até mesmo a forma como essas mulheres percebem suas próprias trajetórias. Muitas vezes, o tempo dedicado ao cuidado é retirado de outras esferas, como o descanso, o lazer ou os

estudos, evidenciando que a conciliação dessas demandas ocorre, frequentemente, às custas do próprio bem-estar.

Além disso, é importante considerar que o cuidado não é uma experiência homogênea entre as mulheres. Fatores como classe social, raça e acesso a recursos influenciam diretamente as condições em que o cuidado é realizado. Enquanto algumas mulheres conseguem delegar parte dessas atividades, outras acumulam múltiplas responsabilidades sem qualquer suporte, o que intensifica as desigualdades já existentes.

A ausência ou insuficiência de políticas públicas voltadas para o cuidado como creches, serviços de apoio a idosos e políticas de conciliação entre trabalho e família reforça a ideia de que essa responsabilidade deve ser resolvida no âmbito privado. Essa lógica não apenas sobrecarrega as mulheres, mas também limita suas possibilidades de participação plena na vida social, educacional e profissional.

Ao reconhecer o cuidado como categoria central, este estudo propõe uma mudança de perspectiva: em vez de tratar o cuidado como um obstáculo à inserção das mulheres em outras esferas, passa-se a compreendê-lo como um elemento estruturante que deve ser considerado na formulação de políticas, na organização do trabalho e na análise das desigualdades sociais.

Essa mudança implica, também, questionar os modelos de produtividade e sucesso que desconsideram as demandas da vida cotidiana. Ao exigir disponibilidade total e desempenho contínuo, esses modelos tornam invisíveis as condições concretas em que as pessoas vivem, especialmente aquelas que assumem responsabilidades de cuidado. Nesse sentido, repensar o lugar do cuidado na sociedade significa, também, repensar as bases sobre as quais se organizam o trabalho, a educação e as relações sociais.

Dessa forma, o cuidado deixa de ocupar um lugar periférico na análise e passa a ser compreendido como uma chave interpretativa fundamental para entender as trajetórias femininas contemporâneas. Ao evidenciar sua centralidade, torna-se possível compreender que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na articulação entre trabalho, estudo e vida pessoal não são resultado de falhas individuais, mas de

uma estrutura social que ainda distribui de maneira desigual as responsabilidades pela sustentação da vida.

Assim, ao incorporar o cuidado como categoria analítica central, esta pesquisa não apenas amplia a compreensão das experiências femininas, mas também contribui para o debate sobre justiça social, ao evidenciar a necessidade de reconhecer, valorizar e redistribuir o cuidado como responsabilidade coletiva.

2.5 A sobreposição de jornadas e a experiência do tempo feminino

A discussão acerca das múltiplas responsabilidades assumidas pelas mulheres conduz, de forma quase inevitável, à análise da maneira como o tempo é experienciado, organizado e tensionado em suas trajetórias. A chamada sobreposição de jornadas frequentemente nomeada como dupla ou tripla jornada não pode ser compreendida apenas como um acúmulo quantitativo de atividades, mas como a expressão de uma lógica social que reorganiza, de maneira profunda, o cotidiano feminino. Trata-se de uma dinâmica marcada por descontinuidades, interrupções constantes e pela necessidade permanente de responder a demandas simultâneas, muitas vezes inadiáveis.

Essa configuração rompe com a ideia de uma jornada linear, estruturada a partir de tempos claramente delimitados entre trabalho, descanso e vida pessoal. Para muitas mulheres, especialmente aquelas que articulam trabalho, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado, o tempo assume uma forma fragmentada e porosa. Não se trata apenas de fazer mais coisas em menos tempo, mas de lidar com uma temporalidade atravessada por urgências, na qual diferentes esferas da vida se sobrepõem e se interpenetram, dissolvendo fronteiras entre o público e o privado, entre o produtivo e o reprodutivo.

Nesse sentido, o cotidiano dessas mulheres é frequentemente organizado a partir de uma lógica de adaptação contínua, em que o planejamento cede lugar à improvisação e à capacidade de resposta imediata. O tempo, longe de ser um recurso neutro, torna-se um elemento de disputa, cuja gestão exige um esforço constante de priorização e renúncia. Essa dinâmica, embora muitas vezes naturalizada, revela uma profunda assimetria na forma como as responsabilidades são distribuídas socialmente.

Os efeitos dessa organização do tempo extrapolam o plano físico, ainda que o cansaço e a exaustão sejam elementos recorrentes. A sobreposição de jornadas impacta diretamente a qualidade da inserção das mulheres nos diferentes espaços que ocupam. No âmbito acadêmico, por exemplo, a limitação de tempo disponível tende a restringir o envolvimento em atividades que exigem dedicação prolongada, como leituras mais densas, participação em grupos de pesquisa e produção intelectual continuada. Isso não apenas afeta o desempenho imediato, mas também repercute nas trajetórias futuras, na medida em que limita oportunidades de aprofundamento e reconhecimento.

De forma semelhante, no campo profissional, essa mesma lógica pode dificultar o acesso a processos de qualificação, a disponibilidade para assumir novas responsabilidades e a inserção em espaços de decisão, que frequentemente exigem tempo adicional e flexibilidade recursos desigualmente distribuídos. Assim, a sobreposição de jornadas não apenas intensifica o cotidiano, mas também contribui para a reprodução de desigualdades em termos de progressão e reconhecimento.

Reduzir essa experiência à dimensão objetiva do tempo seria insuficiente. É fundamental considerar sua dimensão subjetiva, frequentemente invisibilizada, mas profundamente impactante. A pressão constante para dar conta de múltiplas demandas produz um estado de vigilância permanente, no qual o tempo livre, quando existe, é atravessado por preocupações e pela antecipação de tarefas. Nesse contexto, sentimentos como culpa, insuficiência e frustração emergem com frequência, especialmente diante de expectativas sociais que continuam atribuindo às mulheres a responsabilidade de desempenhar, de forma exemplar, papéis diversos e, muitas vezes, incompatíveis.

Essa dimensão subjetiva evidencia que a gestão do tempo não se restringe a uma questão de organização, mas envolve também processos de internalização de normas e expectativas sociais. As mulheres não apenas administram o tempo, mas também lidam com a constante sensação de não corresponder plenamente às demandas que lhes são impostas, o que contribui para a intensificação de sobrecargas emocionais e psicológicas.

Diante disso, a análise da sobreposição de jornadas permite deslocar a compreensão dessas experiências do plano individual para o estrutural. Ao evidenciar que o tempo das mulheres é sistematicamente capturado por múltiplas responsabilidades, torna-se possível questionar a naturalização dessa condição e reconhecer que as dificuldades enfrentadas não decorrem de incapacidades pessoais ou falhas de gestão, mas de uma organização social que concentra, de forma desproporcional, sobre elas a responsabilidade pelo cuidado e pela sustentação da vida cotidiana.

Assim, mais do que descrever uma realidade, discutir a sobreposição de jornadas implica problematizar as bases que a sustentam, abrindo espaço para a reflexão sobre a necessidade de redistribuição do tempo, das responsabilidades e, sobretudo, das condições que tornam possível ou inviável a construção de trajetórias mais equitativas.

2.6 Invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo

Outro elemento central para a compreensão das desigualdades de gênero diz respeito à persistente invisibilidade do trabalho reprodutivo, dimensão que, embora indispensável para a sustentação da vida social, permanece historicamente marginalizada nos processos de reconhecimento econômico, político e simbólico. Trata-se de um conjunto de atividades que garantem a reprodução cotidiana da vida desde a manutenção dos espaços domésticos até o cuidado direto com pessoas e que, paradoxalmente, apesar de sua centralidade, seguem sendo desconsideradas enquanto trabalho no sentido pleno do termo.

Essa invisibilidade não se configura como uma lacuna ocasional, mas como parte constitutiva de uma lógica social que estabelece hierarquias entre diferentes tipos de trabalho. Ao definir como produtivas apenas as atividades inseridas no mercado formal e mediadas pela remuneração, a sociedade opera um recorte que exclui, sistematicamente, práticas fundamentais para a reprodução social. Cozinhar, limpar, organizar o cotidiano doméstico, cuidar de crianças, idosos ou pessoas em situação de dependência deixam, assim, de ser reconhecidos como trabalho, sendo deslocados para o campo do “natural”, do “privado” ou do “afeto”.

Esse processo de naturalização cumpre uma função ideológica importante, na medida em que desresponsabiliza o Estado e a sociedade pela organização do cuidado, ao mesmo tempo em que reforça sua associação histórica ao feminino. Ao serem socializadas desde cedo para o exercício dessas atividades, as mulheres passam a desempenhá-las como se fossem extensões de sua própria identidade, o que contribui para a internalização dessas responsabilidades e para a dificuldade de sua problematização enquanto manifestação da questão social.

A ausência de reconhecimento do trabalho reprodutivo, portanto, não apenas o invisibiliza, mas também o desvaloriza. Ao ser retirado da esfera pública e relegado ao âmbito doméstico, esse tipo de trabalho perde status social, não sendo acompanhado por direitos, remuneração ou proteção. Esse movimento reforça a ideia de que o cuidado é uma responsabilidade privada, a ser resolvida no interior das famílias e, de forma desigual, pelas mulheres o que contribui para a manutenção de uma distribuição assimétrica das responsabilidades.

As implicações desse processo são amplas e se manifestam de maneira concreta nas trajetórias femininas. A sobrecarga de trabalho reprodutivo limita o tempo disponível para a inserção em atividades remuneradas, para a continuidade dos estudos e para a participação em espaços públicos e políticos. Mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, muitas mulheres continuam sendo as principais responsáveis pela gestão da vida doméstica, acumulando funções que não são reconhecidas nem redistribuídas, o que resulta em jornadas extensas e em condições desiguais de participação social.

Além disso, a invisibilidade do trabalho reprodutivo impacta diretamente a autonomia das mulheres. Ao não ser remunerado e nem contabilizado como trabalho, esse conjunto de atividades não gera renda, não garante acesso a direitos trabalhistas e tampouco assegura proteção social. Isso contribui para a dependência econômica e para a vulnerabilidade, especialmente em contextos de ruptura de vínculos familiares ou de inserção precária no mercado de trabalho.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que essa invisibilidade dificulta a construção de respostas institucionais adequadas. Ao não ser plenamente reconhecido como uma questão pública, o cuidado permanece insuficientemente

contemplado nas políticas sociais, que, quando existem, tendem a operar de forma fragmentada e limitada. A ausência de investimentos estruturais em serviços de cuidado, como creches, políticas de atenção a idosos e apoio a famílias, reforça a lógica de responsabilização individual e familiar, perpetuando desigualdades.

Dessa forma, tornar visível o trabalho reprodutivo não se resume a um exercício descritivo, mas constitui um movimento político e analítico fundamental. Trata-se de deslocar o cuidado do lugar da invisibilidade para o centro do debate, reconhecendo-o como uma dimensão estruturante da vida social e, portanto, como uma responsabilidade que deve ser compartilhada entre Estado, mercado e sociedade.

Mais do que isso, reconhecer o trabalho reprodutivo como trabalho implica questionar as bases sobre as quais se organizam as relações sociais e econômicas, abrindo espaço para a construção de políticas que não apenas reconheçam sua existência, mas que promovam sua redistribuição. Nesse sentido, enfrentar a invisibilidade do trabalho reprodutivo constitui uma condição indispensável para a compreensão e o enfrentamento das desigualdades de gênero em sua dimensão estrutural.

A invisibilidade do trabalho reprodutivo, conforme discutido anteriormente, encontra respaldo em evidências empíricas que demonstram sua centralidade e, simultaneamente, sua desvalorização. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019), o trabalho de cuidado não remunerado representa uma parcela significativa do tempo socialmente necessário à reprodução da vida, sendo majoritariamente realizado por mulheres. Ainda assim, por não ser mediado pelo mercado, esse trabalho permanece fora das estatísticas econômicas tradicionais, o que contribui para sua sistemática desconsideração nas formulações de políticas públicas.

Nesse sentido, a análise proposta por Nancy Fraser (data) torna-se particularmente relevante, ao destacar que a crise da reprodução social está diretamente relacionada à tensão entre as demandas do capital e a sustentação da vida. No contexto brasileiro, essa tensão se manifesta de forma intensificada, na medida em que a ampliação da participação feminina no trabalho produtivo não foi acompanhada por políticas que garantam a redistribuição do cuidado.

2.7 Educação como possibilidade e limite nas trajetórias femininas

A educação ocupa um lugar profundamente ambivalente nas trajetórias das mulheres, configurando-se, simultaneamente, como possibilidade concreta de transformação e como espaço no qual se evidenciam e, por vezes, se reproduzem desigualdades estruturais. Se, por um lado, o acesso à formação acadêmica representa uma via privilegiada para a ampliação de horizontes, inserção qualificada no mercado de trabalho e construção de maior autonomia financeira, por outro, sua efetivação enquanto direito permanece atravessada por uma série de condicionantes que limitam não apenas o ingresso, mas, sobretudo, a permanência e a conclusão dos percursos formativos.

Essa ambivalência se torna ainda mais evidente quando se considera a realidade de mulheres que acumulam responsabilidades de cuidado. Nesses casos, a permanência na educação não pode ser compreendida como um processo linear ou garantido, mas como um percurso marcado por tensões constantes e pela necessidade de articulação entre demandas frequentemente incompatíveis. A rotina acadêmica, estruturada a partir de pressupostos de disponibilidade de tempo, dedicação contínua e certa previsibilidade, mostra-se, muitas vezes, distante das condições concretas vividas por essas mulheres, cujo cotidiano é atravessado por imprevistos, urgências e pela centralidade do cuidado.

Dessa forma, a permanência no espaço educacional passa a exigir não apenas esforço, mas a construção cotidiana de estratégias de conciliação. Trata-se de um processo que envolve a reorganização do tempo, a redefinição de prioridades e, não raramente, a renúncia a experiências acadêmicas consideradas fundamentais, como participação em eventos, grupos de pesquisa ou atividades extracurriculares. Nesse sentido, o percurso formativo se realiza sob condições desiguais, o que impacta diretamente as possibilidades de aproveitamento e inserção futura dessas mulheres.

É nesse contexto que a educação deixa de ser compreendida apenas como um direito formalmente assegurado e passa a se configurar como um campo de disputa. O direito de permanecer e não apenas de acessar torna-se objeto de negociação constante, mediado por fatores que extrapolam o âmbito individual. Essa negociação não se limita à gestão do tempo, mas envolve a mobilização de redes de apoio,

frequentemente informais e marcadas por desigualdades, bem como a dependência de políticas institucionais que, muitas vezes, se mostram insuficientes ou inexistentes.

Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer que a inserção no espaço educacional pode produzir deslocamentos significativos nas trajetórias femininas. O acesso a repertórios teóricos e críticos possibilita não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos, mas também a problematização das próprias condições de existência. A formação acadêmica, nesse sentido, pode favorecer processos de conscientização, permitindo que as mulheres reconheçam as desigualdades que atravessam suas experiências não como falhas individuais, mas como expressões de estruturas sociais mais amplas.

Esse movimento, ainda que não ocorra de forma homogênea ou automática, abre espaço para a construção de novas perspectivas e possibilidades de atuação, tanto no âmbito profissional quanto na vida social mais ampla. A educação, portanto, não apenas amplia oportunidades, mas também pode contribuir para o tensionamento de normas e expectativas que historicamente delimitam o lugar das mulheres na sociedade.

Entretanto, essa dimensão potencialmente transformadora não pode obscurecer os limites estruturais que atravessam o campo educacional. A ausência ou fragilidade de políticas de permanência, como apoio financeiro, oferta de creches, flexibilização de horários e reconhecimento das especificidades das trajetórias femininas, constitui um dos principais obstáculos à efetivação do direito à educação. Soma-se a isso a persistência de modelos institucionais que operam a partir de uma lógica pouco sensível às desigualdades sociais, exigindo dos sujeitos uma disponibilidade que nem todos podem oferecer.

Nesse sentido, a educação, ao mesmo tempo em que se apresenta como um espaço de possibilidade, também evidencia os limites impostos por uma organização social que não reconhece, de forma plena, as condições desiguais de partida. Para mulheres em contextos de maior vulnerabilidade, esses limites se tornam ainda mais evidentes, revelando que o acesso, por si só, não garante a permanência, tampouco a conclusão com qualidade.

Assim, pensar a educação no contexto das trajetórias femininas implica necessariamente reconhecer sua dupla dimensão. Trata-se de um campo atravessado por contradições, no qual coexistem possibilidades de transformação e mecanismos de reprodução das desigualdades. Compreender essa complexidade é fundamental para deslocar o debate de uma perspectiva centrada no mérito individual para uma análise que considere as condições sociais que sustentam ou inviabilizam a permanência das mulheres nos espaços educacionais.

3.POLÍTICAS PÚBLICAS, REDES DE APOIO E PERMANÊNCIA: ENTRE A INSUFICIÊNCIA ESTATAL, A GESTÃO PRIVADA DO CUIDADO E A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

A análise das políticas públicas voltadas à permanência das mulheres nos espaços educacionais e no mercado de trabalho exige situá-las no interior de um campo atravessado por disputas estruturais em torno da responsabilidade pela reprodução social. Longe de constituírem respostas neutras ou plenamente eficazes, tais políticas expressam, em sua própria formulação e implementação, os limites de um modelo de organização social que historicamente desloca para o âmbito privado e, mais especificamente, para as mulheres a responsabilidade pelo cuidado.

Parte-se, neste estudo, da compreensão de que o Estado não atua como uma instância externa ou autônoma em relação às desigualdades de gênero, mas como agente que, ao mesmo tempo em que pode produzir mecanismos de enfrentamento, também contribui para sua reprodução. Essa ambivalência se manifesta de forma evidente no campo das políticas públicas voltadas às mulheres, que frequentemente operam sob a lógica da compensação, sem alcançar transformações estruturais nas bases que sustentam a divisão sexual do trabalho.

Nesse sentido, é possível afirmar que a atuação estatal, embora relevante, mostra-se insuficiente diante da complexidade do fenômeno analisado. A existência de políticas voltadas ao acesso à educação e ao trabalho não tem sido acompanhada por uma reorganização efetiva das condições que garantem a permanência das mulheres nesses espaços. Tal lacuna evidencia que o problema não reside apenas na ausência de políticas, mas na forma como estas são concebidas, frequentemente desarticuladas da centralidade do cuidado na vida das mulheres.

A ausência de uma política pública robusta de cuidado revela-se como um dos principais limites desse cenário. Apesar de sua importância para a sustentação da vida social, o cuidado permanece marginal nas agendas públicas, sendo tratado como questão secundária ou restrita ao âmbito familiar. Essa invisibilização não é acidental, mas reflete uma escolha política que permite a continuidade de um modelo social baseado na exploração de trabalho não remunerado.

Ao não assumir o cuidado como responsabilidade coletiva, o Estado contribui para a sua privatização, transferindo para as famílias e, de forma desproporcional, para as mulheres a gestão cotidiana da reprodução social. Essa transferência se materializa tanto na ausência de serviços públicos suficientes quanto na precariedade daqueles que existem, evidenciando que o cuidado, embora indispensável, não é tratado como prioridade política.

Essa lógica se intensifica em contextos marcados pela racionalidade neoliberal, nos quais se observa uma tendência à redução da responsabilidade estatal e à valorização de soluções individualizadas. Nesse cenário, a permanência das mulheres na educação e no trabalho passa a ser condicionada à sua capacidade de mobilizar recursos próprios, organizar redes informais e administrar múltiplas demandas. Assim, aquilo que deveria ser garantido como direito transforma-se em responsabilidade individual.

A noção de permanência, nesse contexto, precisa ser problematizada. Frequentemente tratada de forma restrita, como simples continuidade em determinado espaço, a permanência deve ser compreendida como uma condição complexa, que envolve não apenas o acesso, mas a possibilidade real de participação em condições de equidade. Isso implica considerar fatores como disponibilidade de tempo, acesso a recursos, suporte institucional e condições subjetivas para a continuidade das trajetórias.

Ao desconsiderar essas dimensões, muitas políticas acabam por operar de forma limitada, garantindo o acesso formal, mas não as condições concretas de permanência. No campo educacional, por exemplo, a ampliação do ingresso de mulheres no ensino superior não tem sido acompanhada por políticas capazes de responder à sobrecarga de cuidado que marca suas trajetórias. A ausência de creches universitárias, flexibilização curricular e apoio específico para estudantes com responsabilidades familiares evidencia a distância entre o acesso garantido e a permanência efetiva.

Nesse cenário, as redes de apoio assumem papel central na sustentação das trajetórias femininas. No entanto, é fundamental evitar uma leitura romantizada dessas redes, reconhecendo que sua existência está diretamente relacionada à

insuficiência das políticas públicas. Longe de constituírem soluções estruturadas, as redes de apoio são, na maioria das vezes, arranjos informais, instáveis e fortemente marcados por desigualdades de gênero.

São outras mulheres mães, avós, irmãs, vizinhas que assumem, de forma invisibilizada, a responsabilidade por viabilizar a inserção e permanência de mulheres em diferentes espaços sociais. Essa dinâmica revela que o cuidado, embora redistribuído, permanece circunscrito ao universo feminino, sendo transferido, mas não socializado. Assim, o que se observa não é uma superação da divisão sexual do trabalho, mas sua reconfiguração.

Além disso, a dependência dessas redes evidencia a fragilidade das condições institucionais oferecidas às mulheres. Quando a permanência depende de arranjos informais, isso indica que o direito não está plenamente garantido, sendo substituído por estratégias de sobrevivência. Nesse sentido, as redes de apoio funcionam como mecanismos de compensação, que atenuam os efeitos das desigualdades, mas não alteram suas causas.

Essa realidade se agrava quando se consideram as interseções entre gênero, classe e raça. Mulheres em posições socioeconômicas mais favorecidas podem recorrer à terceirização do cuidado, contratando serviços que reduzem parcialmente sua carga de trabalho. No entanto, essa solução não elimina o problema, mas o desloca, transferindo o cuidado para outras mulheres, frequentemente em condições de trabalho precárias e desvalorizadas.

Por outro lado, mulheres em situação de maior vulnerabilidade acumulam jornadas ainda mais intensas, sem acesso a recursos que permitam aliviar suas responsabilidades. Nesse contexto, a permanência em espaços educacionais e profissionais torna-se ainda mais desafiadora, sendo marcada por interrupções, sobrecarga e, muitas vezes, abandono.

A análise das políticas públicas, portanto, não pode desconsiderar essas desigualdades internas ao grupo das mulheres. Ao tratar as mulheres como categoria homogênea, muitas políticas deixam de reconhecer as especificidades das experiências vividas, contribuindo para a reprodução de desigualdades já existentes.

Outro elemento central para a compreensão da permanência diz respeito ao tempo. Longe de ser um recurso neutro, o tempo constitui uma dimensão profundamente atravessada por desigualdades sociais. A sobrecarga de cuidado imposta às mulheres reduz sua disponibilidade temporal para atividades como estudo, qualificação e participação política, limitando suas possibilidades de inserção e ascensão.

Essa desigualdade temporal não se expressa apenas na quantidade de tempo disponível, mas na qualidade desse tempo. Fragmentado, interrompido e constantemente tensionado por múltiplas demandas, o tempo das mulheres é marcado pela impossibilidade de dedicação contínua a uma única atividade. Tal condição impacta diretamente o desempenho acadêmico e profissional, evidenciando que a desigualdade não se dá apenas no acesso, mas nas condições concretas de participação.

Apesar dessas limitações, o discurso institucional frequentemente ignora essas dimensões, operando com uma lógica universalizante que pressupõe condições iguais para todos. Ao fazê-lo, desconsidera as desigualdades estruturais e reforça a ideia de que o sucesso ou o fracasso dependem exclusivamente do esforço individual.

Nesse ponto, a articulação com o discurso meritocrático torna-se evidente. Ao valorizar trajetórias de sucesso sem considerar as condições que as tornam possíveis, a meritocracia contribui para a invisibilização das desigualdades e para a responsabilização individual pelo desempenho. Assim, mulheres que conseguem permanecer são apresentadas como exemplos de superação, enquanto aquelas que não conseguem são frequentemente interpretadas como incapazes de lidar com as exigências.

Essa lógica reforça um ciclo de invisibilização, no qual as dificuldades enfrentadas pelas mulheres não são reconhecidas como expressão de desigualdades estruturais, mas como limitações individuais. Dessa forma, o problema deixa de ser coletivo e político, tornando-se privado e individualizado.

Diante desse cenário, torna-se evidente que as políticas públicas, embora necessárias, não são suficientes para garantir a permanência das mulheres em condições de equidade. Ao não enfrentarem de forma estrutural a divisão sexual do

trabalho e a centralidade do cuidado, tais políticas tendem a atuar de maneira paliativa, sem alterar os fundamentos das desigualdades.

Assim, a permanência das mulheres continua sendo sustentada por uma combinação de esforço individual, redes informais de apoio e políticas públicas limitadas. Essa articulação, longe de representar uma solução, evidencia a persistência de uma lógica social que mantém a responsabilização feminina pelo cuidado, ao mesmo tempo em que exige sua plena participação em outras esferas.

Dessa forma, compreender os limites das políticas públicas e das redes de apoio implica reconhecer que a superação das desigualdades de gênero exige mais do que iniciativas pontuais. Requer a redefinição das responsabilidades sociais pelo cuidado, com maior participação do Estado e a construção de políticas que reconheçam sua centralidade para a reprodução da vida.

Sem essa inflexão, a permanência continuará sendo um privilégio condicionado, e não um direito plenamente garantido, mantendo-se como resultado de arranjos precários e de um esforço individual que, embora constante, não é capaz de superar, por si só, as desigualdades estruturais que o produzem.

3.1 Políticas públicas e a (in)suficiência do suporte institucional

Ao analisar o papel das políticas públicas na sustentação das trajetórias de mulheres que articulam trabalho, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado, torna-se necessário ir além de uma leitura normativa, centrada apenas na existência formal de direitos. Embora, nas últimas décadas, tenham sido observados avanços significativos no que se refere à ampliação do acesso à educação e à inserção no mercado de trabalho, tais avanços não se traduzem, de forma automática, em condições efetivas de permanência e desenvolvimento.

Essa distinção entre acesso e permanência é fundamental. O ingresso em espaços educacionais e profissionais, ainda que represente uma conquista importante, não elimina os obstáculos que se manifestam ao longo do percurso. Pelo contrário, em muitos casos, é justamente após o acesso que as desigualdades se tornam mais visíveis, especialmente quando se consideram as múltiplas responsabilidades que continuam a recair sobre as mulheres.

Nesse cenário, as políticas públicas assumem um papel central não apenas como instrumentos de garantia de direitos, mas como mecanismos capazes de reduzir desigualdades e ampliar possibilidades concretas de participação. No entanto, ao se observar a forma como essas políticas são estruturadas, evidencia-se um descompasso entre as demandas reais das mulheres e as respostas institucionais oferecidas.

Um dos aspectos mais evidentes dessa insuficiência refere-se à ausência de políticas integradas que considerem o cuidado como dimensão estruturante da vida social. Ainda que existam iniciativas pontuais voltadas à assistência estudantil ou à inclusão no mercado de trabalho, raramente essas políticas dialogam de forma consistente com as demandas relacionadas ao cuidado. Creches insuficientes, horários incompatíveis com jornadas de trabalho e estudo, ausência de serviços públicos voltados ao cuidado de idosos ou pessoas dependentes e a precariedade de equipamentos sociais evidenciam que essa dimensão continua sendo tratada como uma questão privada.

Essa lacuna revela não apenas uma limitação operacional, mas também uma concepção implícita de sujeito que orienta a formulação das políticas públicas. Em muitos casos, as políticas são pensadas a partir de um modelo de indivíduo disponível, autônomo e desvinculado de responsabilidades de cuidado, um sujeito abstrato que não corresponde à realidade de grande parte das mulheres. Ao desconsiderar essas especificidades, as políticas acabam por reproduzir desigualdades, ao invés de enfrentá-las.

Além disso, mesmo quando políticas de permanência estão presentes, como auxílios financeiros, bolsas ou programas de assistência estudantil, sua atuação tende a incidir prioritariamente sobre a dimensão econômica, deixando em segundo plano aspectos igualmente centrais, como o tempo e a sobrecarga de responsabilidades. O recurso financeiro, embora fundamental, não resolve, por si só, a impossibilidade de estar em múltiplos lugares ao mesmo tempo, nem reduz as exigências cotidianas relacionadas ao cuidado.

Nesse sentido, a insuficiência das políticas públicas não se expressa apenas na ausência, mas também na forma como estão estruturadas. Há uma fragmentação nas

ações, que dificulta a construção de respostas mais abrangentes e integradas. Educação, trabalho e assistência social, frequentemente, operam de maneira desarticulada, o que compromete a efetividade das políticas e limita seu alcance.

Outro elemento que merece atenção diz respeito à desigualdade no acesso a essas políticas. Mesmo quando disponíveis, nem todas as mulheres conseguem se beneficiar delas da mesma forma. Fatores como renda, local de moradia, inserção no mercado de trabalho e acesso à informação influenciam diretamente a possibilidade de usufruir desses direitos. Assim, as políticas que deveriam reduzir desigualdades podem, em determinados contextos, acabar reproduzindo ou até aprofundando essas diferenças.

Há, ainda, um aspecto mais sutil, mas não menos relevante: a forma como a responsabilidade pela permanência é, muitas vezes, deslocada para o indivíduo. Ao oferecer suporte limitado e condicional, as políticas públicas podem reforçar a ideia de que cabe às mulheres “dar conta” de suas trajetórias, administrando, por conta própria, as múltiplas demandas que enfrentam. Esse deslocamento contribui para a individualização de problemas que são, essencialmente, coletivos e estruturais.

Diante desse cenário, torna-se evidente que pensar políticas públicas para mulheres que articulam trabalho, estudo e cuidado exige uma mudança de perspectiva. Não se trata apenas de ampliar o acesso, mas de reconhecer a complexidade das experiências vividas e de construir respostas que considerem, de forma integrada, as diferentes dimensões que atravessam essas trajetórias.

Isso implica, necessariamente, incorporar o cuidado como elemento central na formulação das políticas, reconhecendo-o não como uma responsabilidade individual, mas como uma manifestação da questão social que demanda ação coletiva. Implica, também, repensar os modelos institucionais que orientam essas políticas, de modo a contemplar sujeitos concretos, situados e atravessados por múltiplas demandas.

Assim, a análise da (in)suficiência do suporte institucional não aponta apenas para lacunas, mas evidencia a necessidade de reconfiguração das próprias bases sobre as quais as políticas públicas são construídas. Mais do que garantir o acesso, é preciso criar condições reais de permanência, o que só será possível a partir do

reconhecimento de que as trajetórias femininas são atravessadas por desigualdades que não podem ser enfrentadas por soluções parciais ou desarticuladas.

Ao deslocar a análise para o contexto brasileiro, torna-se ainda mais evidente que a articulação entre trabalho, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado não se realiza em condições homogêneas. Ao contrário, é profundamente atravessada por desigualdades estruturais que se expressam de forma diferenciada conforme marcadores como classe social, território e acesso a políticas públicas.

A desigualdade regional, nesse sentido, constitui um elemento central para compreender os limites da permanência educacional e da inserção qualificada no trabalho. Em regiões historicamente marcadas por menores níveis de investimento em infraestrutura social, como parte do Norte e do Nordeste, as mulheres enfrentam condições ainda mais restritivas para conciliar suas múltiplas responsabilidades. A precariedade dos serviços públicos, a escassez de equipamentos de cuidado e as limitações no acesso a políticas de permanência tornam o percurso formativo mais instável e, muitas vezes, interrompido.

Nesse cenário, a inserção no mercado de trabalho ocorre, com frequência, em condições de informalidade. A elevada presença de mulheres em ocupações informais caracterizadas pela ausência de proteção social, instabilidade de renda e jornadas irregulares intensifica as dificuldades de conciliação entre trabalho, estudo e cuidado. Diferentemente do trabalho formal, que, ainda que de forma limitada, pode oferecer direitos como licença e certa previsibilidade de horários, o trabalho informal impõe uma lógica de sobrevivência imediata, na qual a continuidade dos estudos tende a ser constantemente ameaçada.

A questão do acesso a serviços de cuidado, especialmente creches e pré-escolas, revela-se outro ponto crítico. Embora a ampliação dessas políticas tenha sido pautada nas últimas décadas, sua cobertura ainda está aquém da demanda, sobretudo para crianças de até três anos. A insuficiência de vagas, aliada à distribuição desigual desses serviços no território, faz com que muitas mulheres dependam de soluções informais para garantir o cuidado dos filhos, como o apoio de familiares quando disponível ou, em muitos casos, a própria interrupção de seus projetos formativos e profissionais.

Essa realidade evidencia que a permanência na educação não pode ser pensada de forma dissociada das condições materiais que sustentam a vida cotidiana. Para mulheres em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, o acesso ao ensino superior ou a cursos de formação não representa apenas um desafio acadêmico, mas uma complexa equação que envolve renda, tempo, deslocamento e redes de apoio frequentemente frágeis.

Além disso, é fundamental considerar que a sobrecarga de responsabilidades incide de maneira ainda mais intensa sobre mulheres das camadas populares. A ausência de recursos para terceirização do cuidado, somada à inserção em trabalhos precários, amplia significativamente a carga de trabalho total, reduzindo o tempo disponível para atividades formativas e de qualificação profissional. Nesses casos, a chamada “dupla” ou “tripla jornada” assume contornos ainda mais extenuantes, evidenciando que a experiência feminina não é homogênea, mas profundamente marcada por desigualdades internas ao próprio grupo.

Dessa forma, ao incorporar a realidade brasileira à análise, torna-se possível tensionar leituras que, ao enfatizarem trajetórias de superação individual, desconsideram as condições estruturais que limitam as possibilidades concretas de escolha. Mais do que reconhecer dificuldades, trata-se de evidenciar que a permanência de mulheres na educação e no trabalho depende, de forma decisiva, da existência de políticas públicas efetivas e de uma reorganização social do cuidado.

Assim, a análise das políticas públicas e das redes de apoio, quando situada no contexto brasileiro, revela não apenas sua importância, mas também suas insuficiências. A persistência de lacunas na oferta de serviços de cuidado, a fragilidade das políticas de permanência estudantil e a elevada informalidade do trabalho compõem um cenário no qual a responsabilidade pela conciliação recai, de forma desproporcional, sobre as mulheres, reafirmando a necessidade de pensar o cuidado como uma questão pública e coletiva.

A sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo impacta diretamente as possibilidades de permanência das mulheres em espaços educacionais e profissionais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (data) indicam que, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo

as principais responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado, configurando uma jornada ampliada que limita o tempo disponível para qualificação, descanso e participação social.

Essa realidade evidencia que a ampliação do acesso das mulheres ao ensino superior e ao mercado de trabalho não se traduz, necessariamente, em condições equitativas de permanência. Ao contrário, revela a coexistência de avanços formais com a manutenção de estruturas desiguais, reforçando a necessidade de análises que considerem não apenas o acesso, mas as condições concretas de continuidade e desenvolvimento dessas trajetórias.

3.2 Redes de apoio: entre solidariedade e sobrecarga compartilhada

Diante das limitações do suporte institucional, as redes de apoio emergem como elementos centrais na sustentação das trajetórias de mulheres que articulam trabalho, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado. No entanto, compreendê-las exige ir além de uma leitura que as apresente apenas como soluções espontâneas ou naturalmente disponíveis. As redes de apoio são construções sociais, situadas, atravessadas por relações de afeto, mas também por desigualdades, limites e, em muitos casos, contradições.

No cotidiano, essas redes se materializam de formas diversas: no apoio de uma mãe que cuida dos filhos para que a filha possa estudar, na vizinha que “dá uma olhada” por algumas horas, na colega que compartilha materiais quando a presença não é possível, ou mesmo em arranjos mais complexos que envolvem múltiplos sujeitos. São essas pequenas, mas fundamentais engrenagens que tornam viável aquilo que, do ponto de vista estrutural, muitas vezes não é sustentado pelo Estado.

No entanto, é justamente nesse ponto que emerge uma ambiguidade central. Ao mesmo tempo em que as redes de apoio possibilitam a continuidade das trajetórias, elas também evidenciam a ausência de políticas públicas mais robustas e a transferência silenciosa de responsabilidades para o âmbito privado. O que deveria ser garantido como direito passa a depender de relações pessoais, de disponibilidade alheia e, em muitos casos, de negociações que não são isentas de tensões.

Além disso, é importante reconhecer que essas redes não operam em um vazio social. Frequentemente, o apoio oferecido às mulheres é sustentado pelo trabalho de outras mulheres. Mães, avós, irmãs, amigas são, em grande parte, elas que assumem, de forma direta ou indireta, as demandas de cuidado. Essa dinâmica evidencia que, embora haja uma circulação do cuidado, ela tende a permanecer circunscrita ao universo feminino, o que não rompe com a lógica de gênero, mas, em certa medida, a reproduz sob novas formas.

Essa constatação não diminui a importância das redes de apoio, mas convida a uma leitura mais crítica sobre seu funcionamento. A solidariedade que se estabelece entre mulheres é, sem dúvida, um elemento potente e, muitas vezes, indispensável para a continuidade de trajetórias acadêmicas e profissionais. No entanto, ela também revela os limites de um sistema que se sustenta, em grande medida, na capacidade dessas mulheres de se apoiarem mutuamente, sem que haja uma redistribuição mais ampla das responsabilidades sociais.

Outro aspecto relevante diz respeito à desigualdade no acesso a essas redes. Nem todas as mulheres dispõem do mesmo nível de suporte familiar ou comunitário. Fatores como migração, conflitos familiares, condições socioeconômicas e inserção no território influenciam diretamente a existência e a qualidade dessas redes. Há mulheres que contam com apoio constante e estruturado; outras, no entanto, enfrentam a ausência quase total de suporte, o que intensifica a sobrecarga e limita significativamente suas possibilidades de continuidade.

Nesses casos, a falta de rede de apoio não se apresenta apenas como uma dificuldade adicional, mas como um fator determinante, capaz de interromper trajetórias. A impossibilidade de delegar, ainda que parcialmente, as responsabilidades de cuidado impõem limites concretos à participação em atividades acadêmicas e profissionais, evidenciando que a permanência não depende apenas de esforço, mas de condições objetivas que nem sempre estão disponíveis.

Além disso, mesmo quando presentes, as redes de apoio não estão isentas de tensões. O cuidado compartilhado pode envolver negociações constantes, sentimentos de dívida, conflitos de disponibilidade e até mesmo sobrecarga para aqueles que oferecem suporte. Há, nesse processo, uma dimensão relacional que

precisa ser considerada, pois o apoio não se dá de forma automática ou ilimitada, mas dentro de possibilidades concretas e, muitas vezes, restritas.

Outro ponto que merece atenção é a invisibilidade dessas redes no discurso institucional. Embora sejam fundamentais para a permanência de muitas mulheres, elas raramente são reconhecidas como parte das condições que sustentam as trajetórias acadêmicas e profissionais. Essa invisibilidade contribui para reforçar a ideia de que a permanência é resultado exclusivo do esforço individual, apagando as múltiplas mediações que tornam essa continuidade possível.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que as redes de apoio também podem se constituir como espaços de resistência e construção de novos sentidos. Ao compartilhar experiências, dividir responsabilidades e criar estratégias coletivas, as mulheres constroem formas de enfrentamento que, embora não eliminem as desigualdades estruturais, produzem deslocamentos importantes. Há, nesses arranjos, uma dimensão de agência que não pode ser ignorada.

No entanto, essa agência não deve ser romantizada. A capacidade de criar redes e estratégias de apoio não substitui a necessidade de políticas públicas eficazes. Ao contrário, evidencia a urgência de sua existência. Quando o cuidado depende exclusivamente dessas redes, o que se tem é uma solução parcial, sustentada por relações que, embora fundamentais, não podem carregar sozinhas o peso de uma responsabilidade que é, essencialmente, coletiva.

Assim, ao analisar as redes de apoio, torna-se possível compreender que elas ocupam um lugar paradoxal: são, ao mesmo tempo, condição de possibilidade e expressão de ausência. Possibilitam a continuidade, mas revelam as lacunas; sustentam trajetórias, mas evidenciam desigualdades; operam como suporte, mas também como indicador de um sistema que ainda não incorporou plenamente o cuidado como responsabilidade social compartilhada.

Dessa forma, pensar as redes de apoio no contexto das trajetórias femininas implica reconhecê-las em sua complexidade, evitando tanto sua idealização quanto sua desvalorização. Elas são fundamentais e, em muitos casos, decisivas —, mas não suficientes. Sua existência aponta para a necessidade de ampliar o debate sobre o

cuidado, deslocando-o do âmbito privado para o centro das discussões públicas e institucionais.

3.3 Continuidade formativa e os desafios da permanência

A discussão sobre a continuidade formativa das mulheres, especialmente daquelas que articulam trabalho, responsabilidades de cuidado e trajetória acadêmica, exige um deslocamento importante: sair de uma análise centrada exclusivamente no acesso e avançar para a compreensão das condições concretas de permanência. Se o ingresso no ensino superior representa, sem dúvida, uma conquista relevante, é no cotidiano da permanência que se revelam, de maneira mais intensa, os limites impostos pelas desigualdades estruturais.

Nesse sentido, a permanência não pode ser entendida como um estado dado, mas como um processo em constante construção, atravessado por tensões, negociações e, muitas vezes, por uma sensação contínua de instabilidade. Permanecer implica, para muitas mulheres, um esforço que vai além das exigências acadêmicas formais, envolvendo a gestão simultânea de múltiplas demandas que disputam tempo, energia e atenção.

A sobreposição entre trabalho, estudo e cuidado produz um cotidiano fragmentado, no qual o tempo dedicado à formação acadêmica raramente ocorre de forma linear ou contínua. Estudar à noite, após uma jornada de trabalho; ler em intervalos curtos, entre uma tarefa doméstica e outra; produzir academicamente em condições de cansaço físico e mental essas são experiências recorrentes que evidenciam que a permanência se constrói, muitas vezes, em condições adversas.

Essa fragmentação do tempo não afeta apenas a quantidade de horas disponíveis para o estudo, mas também a qualidade da experiência formativa. A dificuldade de concentração, a limitação para participação em atividades extracurriculares e a impossibilidade de envolvimento mais profundo em pesquisas e projetos acadêmicos são elementos que impactam diretamente o percurso dessas mulheres. Assim, ainda que permaneçam formalmente inseridas no espaço educacional, suas condições de participação não são equivalentes às de sujeitos que dispõem de maior disponibilidade de tempo e suporte.

Além disso, as próprias instituições de ensino, em muitos casos, operam a partir de uma lógica que pressupõe a disponibilidade integral do estudante. Horários rígidos, exigências de presença constante, prazos inflexíveis e a valorização de trajetórias lineares acabam por desconsiderar a diversidade de experiências e as condições concretas de vida de uma parcela significativa do corpo discente. Essa desconsideração não é necessariamente intencional, mas revela um modelo institucional que ainda não incorporou plenamente a complexidade das trajetórias contemporâneas.

Nesse contexto, a permanência passa a depender não apenas da capacidade acadêmica, mas da habilidade de administrar uma rotina marcada por sobrecarga e, muitas vezes, por imprevistos. A necessidade de reorganizar constantemente o tempo, adaptar estratégias de estudo e lidar com interrupções frequentes torna-se parte constitutiva da experiência formativa. Trata-se de um processo que exige flexibilidade, resiliência e, sobretudo, uma disposição contínua para recomeçar, ajustar e seguir, mesmo quando as condições não são ideais.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito à dimensão subjetiva da permanência. A pressão por desempenho, somada às múltiplas responsabilidades, pode gerar sentimentos persistentes de inadequação. Muitas mulheres passam a se perceber como “atrasadas”, “insuficientes” ou “menos capazes”, não por falta de competência, mas por não conseguirem corresponder ao modelo idealizado de estudante, que pressupõe dedicação exclusiva e disponibilidade irrestrita.

Esse processo de internalização das dificuldades contribui para a invisibilização das desigualdades estruturais. Ao atribuir a si mesmas a responsabilidade pelas limitações enfrentadas, muitas mulheres deixam de reconhecer que essas dificuldades são produzidas por condições sociais mais amplas. A permanência, nesse sentido, torna-se não apenas um desafio material, mas também simbólico, atravessado por expectativas e cobranças que impactam a forma como essas mulheres se percebem e se posicionam no espaço acadêmico.

Ainda assim, é importante destacar que a permanência não se reduz a um processo de desgaste. Há, também, uma dimensão de sentido que sustenta essas trajetórias. A formação acadêmica é, frequentemente, percebida como uma possibilidade de

transformação não apenas individual, mas também familiar e social. Esse significado atribuído ao estudo atua como elemento mobilizador, contribuindo para que muitas mulheres persistam, mesmo diante de condições adversas.

Nesse contexto, a permanência pode ser compreendida como uma forma de resistência. Permanecer, nessas condições, não é apenas continuar, mas afirmar um lugar, reivindicar um direito e tensionar, ainda que de forma silenciosa, as estruturas que historicamente limitaram o acesso e a permanência das mulheres nesses espaços. Há, nesse movimento, uma dimensão política que nem sempre é explicitada, mas que se manifesta na insistência em continuar.

No entanto, reconhecer essa dimensão não significa romantizar o esforço ou naturalizar a sobrecarga. A permanência sustentada exclusivamente pela resistência individual evidencia, justamente, a insuficiência das condições estruturais oferecidas. Quando permanecer depende, sobretudo, da capacidade de suportar e se adaptar, o que se tem é um sistema que exige muito mais de alguns sujeitos do que de outros.

Dessa forma, a análise da continuidade formativa permite evidenciar que a igualdade de acesso à educação não garante, por si só, a igualdade de condições de permanência. As trajetórias femininas são marcadas por um conjunto de desafios que extrapolam o âmbito acadêmico, sendo profundamente influenciadas pela organização social do trabalho, pela distribuição das responsabilidades de cuidado e pela existência ou ausência de suporte institucional e social.

Assim, pensar a permanência das mulheres na educação exige uma mudança de perspectiva que vá além da ampliação de vagas ou da oferta de recursos financeiros. É necessário reconhecer a complexidade dessas experiências e construir estratégias que considerem, de forma integrada, as diferentes dimensões que atravessam essas trajetórias. Isso implica, sobretudo, questionar os modelos institucionais vigentes e propor formas mais flexíveis, inclusivas e sensíveis às realidades concretas dos sujeitos que compõem o espaço acadêmico.

Ao longo deste capítulo, torna-se cada vez mais evidente que a articulação entre trabalho, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado não pode ser interpretada a partir de uma lógica simplificada de escolha livre, autônoma e individual. A noção de que as mulheres “optam” por assumir determinadas

responsabilidades, ainda que amplamente difundida no senso comum e, por vezes, reproduzida em discursos institucionais, revela-se insuficiente quando confrontada com a complexidade das condições sociais que estruturam essas trajetórias.

Essa ideia de escolha, quando tomada de forma acrítica, tende a obscurecer os múltiplos condicionantes que atravessam as decisões cotidianas. Não se trata de negar a existência de agência, mas de reconhecer que essa agência é exercida dentro de limites concretos, definidos por relações de poder, normas sociais e desigualdades historicamente constituídas. Assim, o que se apresenta como decisão individual é, com frequência, o resultado de um campo de possibilidades previamente delimitado.

As trajetórias femininas, nesse sentido, são construídas em contextos nos quais as alternativas não se apresentam de forma equânime. Há caminhos mais viáveis, outros mais difíceis e alguns que sequer se colocam como possibilidade real. A escolha, portanto, não ocorre em um espaço neutro, mas em um terreno marcado por expectativas sociais, restrições materiais e responsabilidades que não são distribuídas de maneira igualitária.

Falar em escolha, nesses termos, exige cautela analítica. Muitas das decisões atribuídas à vontade individual são, na prática, respostas a necessidades impostas pelas circunstâncias. Optar por adiar uma etapa da formação, reduzir a carga de trabalho ou assumir integralmente o cuidado de um familiar não se configura, necessariamente, como uma escolha livre, mas como uma forma de lidar com a ausência de alternativas viáveis. Trata-se, muitas vezes, de escolher dentro do possível e não entre possibilidades equivalentes.

Essa dinâmica evidencia que a ideia de escolha, quando descolada das condições sociais que a produzem, pode contribuir para a individualização de problemas que são, em sua essência, estruturais. Ao atribuir às mulheres a responsabilidade pelas decisões tomadas, corre-se o risco de invisibilizar as limitações impostas pelo contexto e, conseqüentemente, de reforçar narrativas que culpabilizam o indivíduo por trajetórias que são, em grande medida, socialmente condicionadas.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que esse campo de restrições não elimina completamente a possibilidade de ação. É justamente no interior dessas limitações

que se constroem formas de negociação, adaptação e, em alguns casos, de transformação. As mulheres, ao articularem trabalho, estudo e cuidado, desenvolvem estratégias que permitem, ainda que de forma parcial, reconfigurar suas trajetórias.

Nesse sentido, a permanência na educação, a continuidade no mercado de trabalho e a construção de arranjos para lidar com o cuidado não podem ser compreendidas apenas como reprodução de estruturas. Há, nesses movimentos, um esforço de deslocamento, uma tentativa de ampliar margens, de sustentar projetos que, historicamente, lhes foram negados ou dificultados. Mesmo quando operam dentro de limites, essas ações produzem efeitos que tensionam a ordem estabelecida.

É nesse ponto que emerge uma ambivalência fundamental. Por um lado, as mulheres reproduzem, em certa medida, as estruturas que as condicionam seja ao assumir majoritariamente o cuidado, seja ao reorganizar suas trajetórias em função dessas demandas. Por outro, ao insistirem em permanecer, ao acessarem espaços antes restritos e ao criarem estratégias para conciliar múltiplas esferas da vida, elas também produzem deslocamentos que, ainda que sutis, têm potencial transformador.

Essa ambivalência não deve ser entendida como contradição, mas como característica constitutiva das trajetórias femininas contemporâneas. Trata-se de um movimento simultâneo de adaptação e resistência, no qual a reprodução e a transformação não se excluem, mas coexistem de maneira complexa. As mudanças não ocorrem de forma linear ou imediata, mas por meio de pequenas rupturas, negociações cotidianas e redefinições progressivas de papéis e expectativas.

Além disso, é importante considerar que essas transformações não se dão apenas no plano individual. Ao ocupar espaços educacionais e profissionais, ao questionar, ainda que implicitamente, a naturalização do cuidado como responsabilidade exclusiva feminina e ao construir novas formas de organizar a vida cotidiana, as mulheres contribuem para a reconfiguração de padrões sociais mais amplos. Ainda que essas mudanças não sejam homogêneas nem universalmente acessíveis, elas indicam deslocamentos importantes nas formas de pensar e viver as relações de gênero.

No entanto, reconhecer esse potencial transformador não significa desconsiderar os limites que persistem. A ampliação das possibilidades de atuação feminina não foi

acompanhada, na mesma medida, por uma redistribuição das responsabilidades de cuidado ou por uma reestruturação profunda das condições sociais que sustentam essas desigualdades. Assim, as mulheres continuam sendo convocadas a responder por múltiplas demandas, muitas vezes sem o suporte necessário para fazê-lo em condições equitativas.

Dessa forma, tensionar a ideia de escolha implica, sobretudo, deslocar o olhar: do indivíduo para a estrutura, da decisão isolada para o contexto que a produz, da responsabilidade individual para as condições coletivas que definem o campo do possível. Implica reconhecer que as trajetórias femininas são construídas em meio a limites concretos, mas também atravessadas por possibilidades que, ainda que restritas, abrem caminhos para mudanças.

Assim, ao compreender a articulação entre trabalho, formação acadêmica e cuidado a partir dessa perspectiva, torna-se possível superar leituras simplificadoras e avançar em direção a uma análise mais complexa, capaz de apreender, simultaneamente, os condicionantes estruturais e as formas de agência que caracterizam as experiências das mulheres na contemporaneidade.

3.5 Dados empíricos sobre trabalho, educação e cuidado no Brasil: desigualdades estruturais e permanência feminina

A análise desenvolvida até aqui evidenciou que as trajetórias de mulheres que articulam trabalho, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado são atravessadas por condicionantes estruturais. No entanto, para além da discussão teórica, torna-se fundamental incorporar dados empíricos que permitam dimensionar, de forma mais concreta, as desigualdades que sustentam essas experiências no contexto brasileiro.

No que se refere à inserção no mercado de trabalho, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE, 2023) indicam que, embora as mulheres apresentem, em média, maior nível de escolaridade do que os homens, essa vantagem não se traduz em igualdade nas condições de inserção profissional. Em 2023, a taxa de participação feminina na força de trabalho girava em torno de **53%**, enquanto a masculina ultrapassava **73%**, evidenciando uma diferença significativa no acesso ao mercado. Além disso, o rendimento médio das mulheres

correspondia a aproximadamente **78% do rendimento dos homens**, revelando a persistência de desigualdades salariais estruturais.

Essa disparidade se aprofunda quando se consideram marcadores de raça e classe. Mulheres negras, por exemplo, concentram-se de forma mais expressiva em ocupações de menor remuneração e maior precarização, sendo também maioria entre as trabalhadoras informais. A informalidade, aliás, constitui um elemento central para compreender os limites impostos à conciliação entre trabalho e estudo. Segundo o IBGE (2023), cerca de **40% das mulheres ocupadas no Brasil estão em condições de informalidade**, o que implica ausência de direitos trabalhistas, instabilidade de renda e maior vulnerabilidade social.

Nesse cenário, a gestão do tempo assume contornos ainda mais complexos. Dados do IBGE (2019) sobre uso do tempo indicam que as mulheres dedicam, em média, **21,4 horas semanais** às atividades domésticas e de cuidado não remunerado, enquanto os homens dedicam cerca de **11 horas**. Essa diferença evidencia que, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pela sustentação da vida cotidiana, acumulando jornadas que extrapolam os limites do trabalho formal.

A centralidade do cuidado, nesse contexto, se articula diretamente à insuficiência de políticas públicas. No campo da educação infantil, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022) revelam que a taxa de atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos ainda está aquém da demanda. Em 2022, aproximadamente **37% das crianças nessa faixa etária estavam matriculadas em creches**, percentual que, embora tenha avançado nas últimas décadas, permanece insuficiente diante das necessidades das famílias — especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde os índices são significativamente mais baixos.

Essa limitação impacta diretamente as mulheres, sobretudo aquelas em situação de maior vulnerabilidade social. Na ausência de serviços públicos adequados, o cuidado com crianças pequenas recai majoritariamente sobre elas, restringindo suas possibilidades de inserção e permanência tanto no mercado de trabalho quanto na educação. Tal cenário evidencia que a chamada “conciliação” entre trabalho, estudo

e cuidado não se configura como uma escolha, mas como uma imposição estruturada pela ausência de suporte institucional.

A desigualdade regional intensifica ainda mais essas dificuldades. Regiões historicamente marcadas por menores investimentos em políticas sociais apresentam maiores limitações no acesso a serviços essenciais, como creches, escolas em tempo integral e políticas de assistência. No Nordeste, por exemplo, além de menores taxas de cobertura em educação infantil, observa-se maior incidência de trabalho informal e menores rendimentos médios, o que agrava as condições de permanência das mulheres em trajetórias formativas. IBGE /2019.

Além disso, a renda se configura como um fator decisivo na continuidade dos estudos. Dados do IBGE indicam que mulheres que são chefes de família — realidade cada vez mais comum no Brasil — enfrentam maiores dificuldades para manter vínculos educacionais, tendo em vista a necessidade de garantir a subsistência do núcleo familiar. Em 2022, cerca de **49% dos lares brasileiros eram chefiados por mulheres**, o que evidencia o peso das responsabilidades econômicas que recaem sobre elas. Dados do IBGE (2022)

Dessa forma, a análise dos dados permite afirmar que as experiências de mulheres que trabalham, estudam e cuidam não podem ser compreendidas a partir de uma lógica individualizante. Ao contrário, são profundamente condicionadas por um conjunto de fatores estruturais, entre os quais se destacam a desigualdade de renda, a informalidade, a insuficiência de políticas públicas de cuidado e as assimetrias regionais.

Ao tornar visíveis essas condições, este subcapítulo reforça o argumento central desta dissertação: a permanência feminina nos espaços educacionais e no mundo do trabalho não depende apenas de esforço individual, mas está diretamente relacionada à forma como a sociedade organiza e distribui o cuidado, bem como à capacidade do Estado de oferecer condições materiais que sustentem essas trajetórias.

3.6 Entre Estruturas e Agências: limites e possibilidades das trajetórias femininas

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo, agora articulada também aos dados empíricos apresentados, permite evidenciar de forma ainda mais nítida que a continuidade das trajetórias de mulheres nos espaços educacionais e no mundo do trabalho não pode ser compreendida como resultado de escolhas individuais autônomas, nem tampouco como expressão exclusiva de mérito ou esforço pessoal. Ao contrário, trata-se de um processo profundamente condicionado por determinações estruturais que organizam, de maneira desigual, o acesso ao tempo, à renda, às políticas públicas e às condições de reprodução da vida.

Os dados analisados não apenas corroboram as formulações teóricas discutidas anteriormente, mas conferem materialidade às desigualdades que sustentam essas experiências, evidenciando que a sobrecarga feminina, a informalidade no trabalho, a insuficiência de serviços públicos de cuidado e as disparidades regionais não operam de forma isolada. Ao contrário, constituem dimensões interdependentes de uma mesma lógica social que se estrutura a partir da divisão sexual do trabalho e da desvalorização histórica do cuidado.

Nesse sentido, torna-se evidente que a inserção das mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior, embora represente avanços significativos no campo dos direitos, não foi acompanhada por uma transformação equivalente nas bases que organizam a reprodução social. A permanência da responsabilização feminina pelo cuidado evidencia uma assimetria fundamental: enquanto as mulheres ampliam sua presença nos espaços produtivos e educacionais, as estruturas sociais permanecem ancoradas em uma lógica que pressupõe a disponibilidade feminina para sustentar, de forma invisibilizada, a vida cotidiana.

Essa contradição revela um ponto central para a compreensão das trajetórias analisadas: a ampliação do acesso não se traduz, necessariamente, em condições efetivas de permanência. Ao contrário, quando não acompanhada de políticas públicas robustas e de uma redistribuição social do cuidado, essa ampliação tende a produzir a intensificação das jornadas e a sobreposição de responsabilidades,

configurando um cenário no qual a permanência se estabelece como um exercício contínuo de negociação entre o possível e o necessário.

A insuficiência das políticas públicas, particularmente no campo do cuidado, emerge, nesse contexto, como um dos principais entraves à construção de trajetórias mais equitativas. A limitação da oferta de creches, a fragilidade das políticas de permanência estudantil e a precarização das relações de trabalho evidenciam que o Estado, embora desempenhe papel fundamental, ainda opera de forma insuficiente frente à complexidade das demandas vivenciadas pelas mulheres. Essa insuficiência não apenas restringe o acesso a condições materiais de sustentação da vida cotidiana, mas também contribui para a individualização de responsabilidades que são, em sua essência, coletivas.

Paralelamente, as redes de apoio, frequentemente mobilizadas como estratégia de viabilização dessas trajetórias, revelam tanto sua centralidade quanto seus limites. Se, por um lado, tais redes possibilitam a continuidade de percursos formativos e profissionais, por outro, sua constituição majoritariamente informal e fortemente ancorada em relações femininas evidencia a reprodução das desigualdades de gênero no interior dos próprios mecanismos de suporte. Assim, o cuidado não é propriamente redistribuído, mas deslocado entre mulheres, mantendo-se como uma responsabilidade socialmente feminizada.

A análise aqui desenvolvida permite, portanto, tensionar de maneira mais contundente a ideia de conciliação frequentemente associada às trajetórias femininas. Longe de representar um equilíbrio entre diferentes esferas da vida, a chamada conciliação se revela como um processo marcado por assimetrias, renúncias e sobrecargas, sustentado por arranjos precários e pela constante necessidade de reorganização do cotidiano. Trata-se, nesse sentido, menos de uma escolha e mais de uma imposição estrutural que delimita as possibilidades de ação.

Diante desse cenário, a centralidade do cuidado se reafirma como eixo estruturante para a compreensão das desigualdades de gênero. Mais do que uma dimensão da vida social, o cuidado constitui um princípio organizador das relações sociais, influenciando a distribuição do tempo, a inserção no trabalho, a permanência na educação e a própria construção das identidades. Sua persistente associação às

mulheres, aliada à sua invisibilização e desvalorização, configura-se como um dos principais obstáculos à construção de condições mais equitativas.

Reconhecer o cuidado como trabalho e, portanto, como responsabilidade socialmente compartilhada constitui, nesse contexto, um passo fundamental para o enfrentamento das desigualdades evidenciadas. Tal reconhecimento implica não apenas a ampliação de políticas públicas, mas a reconfiguração das bases que sustentam a organização social do trabalho, de modo a romper com a lógica que naturaliza a sobrecarga feminina e invisibiliza sua contribuição para a reprodução da vida.

Por fim, este capítulo permite afirmar que as trajetórias de mulheres que articulam trabalho, estudo e cuidado são atravessadas por uma tensão permanente entre limites estruturais e possibilidades de ação. Compreender essa tensão, em sua complexidade, é fundamental para avançar no debate sobre gênero, políticas públicas e justiça social. Mais do que isso, constitui condição necessária para a formulação de estratégias que não apenas reconheçam as desigualdades existentes, mas que atuem de forma efetiva na sua transformação, deslocando o cuidado do âmbito privado para o campo das responsabilidades coletivas.

4. ENTRE EXPECTATIVAS E REALIDADES: OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DAS TRAJETÓRIAS FEMININAS CONTEMPORÂNEAS

A análise das trajetórias de mulheres que articulam trabalho, formação acadêmica e responsabilidades de cuidado exige o deslocamento de leituras simplificadoras que tendem a interpretar essas experiências a partir de uma lógica individualizante. Ao contrário, trata-se de reconhecer que tais trajetórias são produzidas no interior de uma estrutura social marcada por desigualdades historicamente construídas, nas quais gênero, trabalho e cuidado se entrelaçam de forma indissociável.

Nesse sentido, a compreensão dessas experiências demanda um diálogo com o campo do feminismo crítico, que, ao longo das últimas décadas, tem evidenciado que as desigualdades de gênero não podem ser analisadas de forma isolada, mas devem ser compreendidas em articulação com as dinâmicas econômicas, sociais e políticas que estruturam a sociedade. Ao deslocar o foco do indivíduo para as relações sociais, essa perspectiva permite problematizar as condições que sustentam a sobrecarga feminina e a persistente associação entre mulheres e cuidado.

A contribuição de Heleieth Saffioti (1976) é fundamental nesse debate, ao demonstrar que a divisão sexual do trabalho não constitui um resquício de formas sociais ultrapassadas, mas um elemento estruturante das sociedades contemporâneas. Ao atribuir às mulheres a responsabilidade prioritária pelas atividades reprodutivas e aos homens a centralidade nas atividades produtivas, essa divisão organiza não apenas o mercado de trabalho, mas a própria dinâmica da vida social.

Ainda que transformações importantes tenham ocorrido, especialmente no que se refere à inserção feminina no mercado de trabalho e no acesso à educação, tais mudanças não foram acompanhadas por uma redistribuição equivalente das responsabilidades de cuidado. Como resultado, observa-se a consolidação de um cenário no qual as mulheres passam a acumular funções, articulando trabalho remunerado, formação acadêmica e atividades domésticas, frequentemente sem o suporte necessário para sustentar essa conciliação.

É nesse contexto que a noção de reprodução social, tal como discutida por Nancy Fraser (2016), se mostra particularmente relevante. Ao destacar que a sustentação da vida por meio do cuidado, da educação, da manutenção dos lares e da reprodução das condições de existência constitui uma dimensão fundamental da organização social., Fraser evidencia a contradição central do capitalismo contemporâneo: ao mesmo tempo em que depende do trabalho reprodutivo, tende a invisibilizá-lo e desvalorizá-lo.

Essa contradição se expressa de forma contundente nas trajetórias femininas analisadas nesta pesquisa. A crescente exigência por qualificação e inserção no mercado de trabalho convive com a manutenção da responsabilidade feminina pelo cuidado, produzindo uma tensão permanente entre produção e reprodução social.

Nesse cenário, a ampliação das possibilidades de acesso à educação e ao trabalho não elimina as desigualdades, mas, em muitos casos, reconfigura suas formas de manifestação.

É justamente nesse ponto que se torna necessário tensionar determinadas narrativas amplamente difundidas no senso comum e, por vezes, reproduzidas de forma acrítica no campo institucional. A ideia de que as mulheres são capazes de “dar conta de tudo” constitui um exemplo emblemático desse processo. Frequentemente associada à valorização da força e da resiliência feminina, essa narrativa opera, simultaneamente, como um mecanismo de naturalização da sobrecarga.

Ao afirmar que as mulheres conseguem conciliar múltiplas responsabilidades, desloca-se o foco das condições estruturais que tornam essa conciliação extenuante. O que se apresenta como reconhecimento pode, nesse sentido, funcionar como uma forma de legitimação da desigualdade, ao transformar uma imposição social em atributo individual. Trata-se de um movimento que contribui para obscurecer as relações de poder que sustentam a divisão desigual do trabalho e do cuidado.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz do conceito de violência simbólica, desenvolvido por Pierre Bourdieu (1988). Ao internalizar expectativas socialmente construídas, os sujeitos passam a perceber como naturais condições que, na realidade, são produto de relações desiguais. No caso das mulheres, a incorporação da ideia de que devem ser capazes de gerir simultaneamente múltiplas esferas da vida contribui para a naturalização da sobrecarga e para a dificuldade de sua problematização.

Associada a esse processo, a difusão da lógica meritocrática reforça a individualização das responsabilidades. Ao atribuir o sucesso ou o fracasso exclusivamente ao esforço individual, a meritocracia desconsidera as desigualdades de condições que atravessam as trajetórias sociais. Para mulheres que acumulam responsabilidades de cuidado, essa lógica se revela particularmente limitada, uma vez que ignora a centralidade do tempo como recurso desigual.

O tempo, nesse contexto, não se apresenta como um dado neutro, mas como um elemento profundamente marcado por relações de gênero. Enquanto determinados sujeitos dispõem de maior disponibilidade para investir em sua formação e carreira,

muitas mulheres vivenciam uma constante disputa por tempo, marcada pela necessidade de atender demandas simultâneas. Ao desconsiderar essas diferenças, o discurso meritocrático contribui para a culpabilização individual e para a invisibilização das desigualdades estruturais.

Paralelamente, observa-se a crescente valorização de discursos de empoderamento feminino, que, embora tenham desempenhado um papel relevante na ampliação das possibilidades de atuação das mulheres, também demandam problematização. Em muitos casos, o empoderamento é apresentado como um processo essencialmente individual, centrado na ideia de autossuperação e protagonismo pessoal.

Essa abordagem, ao enfatizar a dimensão subjetiva, pode contribuir para o esvaziamento do caráter político das desigualdades de gênero. Ao invés de questionar as estruturas que produzem a sobrecarga e a desigualdade, transfere-se para as mulheres a responsabilidade por se adaptarem e superarem obstáculos que são, em sua essência, coletivos. Nesse sentido, o empoderamento, quando desvinculado de uma análise estrutural, corre o risco de se tornar mais um dispositivo de responsabilização individual.

Diante disso, torna-se fundamental recuperar uma compreensão crítica do empoderamento, que o situe como um processo coletivo, articulado à transformação das condições sociais. Isso implica reconhecer que a ampliação da autonomia feminina depende não apenas de mudanças individuais, mas de transformações nas formas de organização do trabalho, na distribuição do cuidado e na atuação do Estado por meio de políticas públicas.

Ao integrar essas diferentes dimensões, divisão sexual do trabalho, reprodução social, violência simbólica e crítica à meritocracia, torna-se possível compreender as trajetórias femininas como espaços de tensão permanente entre limites estruturais e possibilidades de ação. As mulheres não são meramente determinadas pelas condições sociais, mas também não atuam em um campo de escolhas plenamente livres.

É nesse espaço de tensão que se constroem estratégias cotidianas de negociação, adaptação e resistência. Ao acessar a educação, ao permanecer no mercado de trabalho e ao buscar alternativas para lidar com o cuidado, as mulheres produzem

deslocamentos que, ainda que parciais, podem contribuir para a transformação das estruturas sociais. No entanto, essas estratégias não devem ser romantizadas, na medida em que frequentemente se sustentam à custa de sobrecarga e desgaste.

Assim, mais do que celebrar a capacidade de adaptação das mulheres, torna-se necessário questionar as condições que tornam essa adaptação continuamente necessária. Esse deslocamento analítico permite compreender que o problema não reside na suposta incapacidade individual de conciliar diferentes esferas da vida, mas na forma como a sociedade organiza de maneira desigual as responsabilidades pelo trabalho e pelo cuidado.

Dessa forma, pensar as trajetórias femininas contemporâneas implica, necessariamente, tensionar as bases que sustentam a organização social vigente. Isso significa reconhecer que a construção de condições mais equitativas não depende apenas de esforços individuais, mas de transformações estruturais que envolvem a redistribuição do cuidado, o fortalecimento de políticas públicas e a redefinição das relações entre produção e reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta dissertação partiu do reconhecimento de que as transformações sociais que ampliaram a presença das mulheres nos espaços educacionais e no mercado de trabalho não foram acompanhadas por uma reconfiguração estrutural das relações de gênero. Ao contrário, evidenciou-se que tais mudanças coexistem com a permanência de uma organização social que mantém a responsabilização feminina pelo cuidado e pela sustentação da vida cotidiana, revelando que os avanços observados não se traduzem, necessariamente, em processos efetivos de igualdade.

Essa constatação permite compreender que as transformações ocorridas não operam como ruptura, mas como reconfiguração. Ou seja, as desigualdades de gênero não desaparecem, mas se reorganizam, assumindo formas mais complexas, difusas e,

por vezes, menos visíveis. Nesse cenário, a ampliação do acesso à educação e ao trabalho não elimina as assimetrias existentes, mas produz um arranjo no qual as mulheres passam a ocupar simultaneamente múltiplas posições sociais, sem que haja, em contrapartida, uma redistribuição proporcional das responsabilidades historicamente atribuídas a elas.

Ao discutir a construção social das identidades femininas, evidenciou-se que as expectativas direcionadas às mulheres não apenas se ampliaram, mas também se tornaram mais exigentes e, em muitos casos, contraditórias. Se, por um lado, há um incentivo crescente à autonomia, à qualificação e à inserção profissional, por outro, permanece a expectativa de que as mulheres continuem sendo as principais responsáveis pelo cuidado e pela organização da vida doméstica. Essa sobreposição de exigências não representa uma transição, mas a consolidação de um modelo que amplia possibilidades sem alterar as bases da desigualdade.

Essa dinâmica produz trajetórias marcadas por tensões constantes, nas quais as mulheres são chamadas a responder simultaneamente a demandas que operam em lógicas distintas e, muitas vezes, incompatíveis. Nesse sentido, a ampliação de direitos e oportunidades não se traduz automaticamente em ampliação de liberdade, uma vez que continua condicionada por estruturas que limitam as possibilidades reais de escolha e atuação.

A análise da divisão sexual do trabalho reforçou essa compreensão ao demonstrar que a organização social das atividades permanece estruturada por princípios de separação e hierarquização. O trabalho produtivo segue sendo valorizado e associado à esfera pública, enquanto o trabalho reprodutivo continua sendo desvalorizado, invisibilizado e atribuído majoritariamente às mulheres. Essa hierarquização não apenas define o valor social das atividades, mas também condiciona as trajetórias possíveis, restringindo o acesso das mulheres a condições equitativas de participação.

Nesse contexto, o cuidado emerge como elemento central para a compreensão das desigualdades. Embora essencial para a reprodução da vida, ele permanece situado no âmbito privado, sendo tratado como responsabilidade individual, e não como questão pública. Tal configuração evidencia que a desvalorização do cuidado não é

acidental, mas constitutiva de uma lógica social que depende de sua invisibilização para se manter.

A crítica ao discurso da conciliação permitiu aprofundar essa análise ao evidenciar que a ideia de equilíbrio entre trabalho, estudo e vida doméstica funciona como um mecanismo de naturalização da sobrecarga feminina. Ao sugerir que seria possível harmonizar demandas estruturalmente desiguais, esse discurso desloca a responsabilidade para o indivíduo, obscurecendo as condições sociais que produzem essa desigualdade.

Mais do que isso, a conciliação opera como um imperativo normativo, estabelecendo um padrão de desempenho que, embora amplamente difundido, mostra-se dificilmente alcançável. Nesse processo, a incapacidade de atender a todas as demandas não é interpretada como expressão de uma desigualdade estrutural, mas como falha individual, reforçando dinâmicas de culpabilização e auto responsabilização.

A dimensão subjetiva das experiências femininas, nesse contexto, revela-se fundamental. A sobrecarga não se limita à multiplicidade de tarefas, mas se expressa na produção de sentimentos persistentes de insuficiência, culpa e exaustão. Esses sentimentos, longe de serem meramente individuais, constituem efeitos de uma organização social que impõe exigências desiguais e, ao mesmo tempo, desresponsabiliza as estruturas que as produzem.

Tal dinâmica evidencia que as desigualdades de gênero operam simultaneamente em níveis materiais e simbólicos. No plano material, manifestam-se na distribuição desigual do tempo, do trabalho e dos recursos. No plano simbólico, expressam-se na internalização de expectativas e na naturalização de condições que limitam as possibilidades de ação. Essa articulação contribui para a reprodução das desigualdades de forma silenciosa, dificultando sua identificação e enfrentamento.

Ao avançar para a análise das políticas públicas e das redes de apoio, tornou-se possível evidenciar os limites das respostas institucionais frente à complexidade do fenômeno. Embora representem avanços importantes, tais políticas ainda se mostram insuficientes para enfrentar as bases estruturais das desigualdades de gênero,

operando, em grande medida, como mecanismos de mitigação, e não de transformação.

A ausência de uma política pública estruturada de cuidado emerge, nesse contexto, como um dos principais entraves à construção de condições efetivas de equidade. Ao não assumir o cuidado como responsabilidade coletiva, o Estado contribui para sua privatização, transferindo para as famílias e, sobretudo, para as mulheres o ônus da reprodução social. Essa dinâmica revela que a permanência das mulheres nos espaços educacionais e no mercado de trabalho continua sendo sustentada por arranjos precários e desiguais.

A problematização das redes de apoio permitiu tensionar leituras que as apresentam como solução para as desigualdades. Embora desempenhem papel fundamental na viabilização das trajetórias femininas, tais redes são, em grande medida, compostas por outras mulheres, o que evidencia que o cuidado, embora redistribuído, permanece concentrado no universo feminino. Assim, o que se observa não é uma socialização efetiva do cuidado, mas sua circulação dentro de um mesmo grupo social.

Além disso, a dependência dessas redes revela a fragilidade das garantias institucionais. Quando a permanência depende de arranjos informais, isso indica que os direitos não estão plenamente assegurados, sendo substituídos por estratégias de adaptação e sobrevivência. Nesse sentido, as redes de apoio, embora indispensáveis, não podem ser compreendidas como solução estrutural, mas como expressão das lacunas existentes.

A partir desse conjunto de análises, torna-se possível afirmar que a permanência das mulheres nos espaços educacionais e no mercado de trabalho não pode ser compreendida como resultado exclusivo de mérito ou esforço individual. Trata-se, ao contrário, de um processo profundamente condicionado por estruturas que distribuem de maneira desigual o tempo, os recursos e as responsabilidades, produzindo trajetórias marcadas por assimetrias persistentes.

Uma das principais contribuições desta dissertação consiste, portanto, em deslocar o debate da esfera individual para o campo das relações sociais, evidenciando que a sobrecarga feminina não é uma falha de organização pessoal, mas expressão de uma estrutura que naturaliza a desigualdade. Ao problematizar conceitos como conciliação

e meritocracia, o estudo busca tensionar leituras que tendem a obscurecer as condições que produzem essas experiências.

Ao adotar a perspectiva do estado da arte, esta pesquisa também contribui para a compreensão do campo teórico, ao identificar tendências, lacunas e limites nas abordagens existentes. Nesse processo, evidenciou-se a necessidade de análises que articulem de forma mais consistente as dimensões estruturais e subjetivas das desigualdades, reconhecendo sua complexidade e evitando reducionismos.

No que se refere às limitações, destaca-se o caráter bibliográfico da pesquisa, que não contempla a investigação empírica direta. Ainda assim, essa escolha metodológica mostrou-se adequada aos objetivos propostos, permitindo a análise crítica das formas pelas quais o fenômeno tem sido construído no campo acadêmico. Reconhece-se, contudo, a importância de estudos futuros que aprofundem essa discussão a partir das experiências concretas das mulheres, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade.

Como agenda de pesquisa, destaca-se a necessidade de investigações que explorem as estratégias cotidianas mobilizadas pelas mulheres para lidar com a sobrecarga, bem como análises que considerem o cuidado como eixo central das políticas públicas. Tais estudos podem contribuir para a formulação de respostas mais efetivas, capazes de enfrentar as desigualdades em sua dimensão estrutural.

Por fim, reafirma-se que a superação das desigualdades de gênero exige mais do que iniciativas pontuais ou soluções individualizadas. Implica a transformação das bases que sustentam a divisão sexual do trabalho e a redefinição das responsabilidades sociais pelo cuidado. Sem essa inflexão, a permanência das mulheres continuará sendo condicionada a esforços desiguais, mantendo-se como expressão de uma estrutura que, ao mesmo tempo em que amplia possibilidades, reproduz limites.

Dessa forma, esta dissertação não se limita à identificação das desigualdades, mas se insere como um esforço de problematização crítica, comprometido com a construção de um olhar mais atento às contradições que marcam as trajetórias femininas na contemporaneidade. Ao evidenciar a coexistência entre avanços e permanências, o estudo buscou contribuir para o fortalecimento de debates e práticas

que não apenas reconheçam as desigualdades, mas se orientem pela sua efetiva transformação.

Ao longo deste estudo, ao problematizar o que já se encontra consolidado na literatura, um achado revelou-se particularmente contundente e, muitas vezes, não esperado ou aprofundado pela literatura mais tradicional: a constatação de que as próprias 'redes de apoio' e a solidariedade feminina, frequentemente romantizadas e enaltecidas como grandes soluções para a conciliação das múltiplas identidades acabam, na prática, reproduzindo a desigualdade estrutural de gênero. A pesquisa revelou que o cuidado não está sendo efetivamente socializado, mas apenas circulando e sendo terceirizado entre o próprio universo feminino (mães, avós, vizinhas, irmãs). Essa transferência não rompe com a divisão sexual do trabalho, mas configura uma sobrecarga compartilhada, indicando que a resiliência coletiva das mulheres, embora vital para a sobrevivência acadêmica e profissional, escancara de forma perversa a completa omissão estatal.

Por fim, reconhece-se que esta pesquisa não se esgota aqui. As múltiplas identidades das mulheres em movimento representam um campo fértil e urgente. Sinaliza-se, portanto, vastas possibilidades de continuidade, especialmente por meio da realização de pesquisas de campo (empíricas) que escutem diretamente as vozes de mulheres em diferentes intersecções de classe, raça e território. Futuros estudos poderão investigar o impacto e a efetividade das emergentes políticas públicas de cuidado no Brasil, bem como aprofundar a observação das estratégias micropolíticas que essas mulheres desenvolvem cotidianamente para resistir e permanecer nos espaços de poder e saber.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRASER, Nancy. **Fortunas do feminismo: do capitalismo gerenciado pelo Estado à crise neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

